

- REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA -

Aos dezasseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, nas instalações do Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, sitas na Rua da Bandeira, União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, teve início pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos, uma Reunião Ordinária Pública do Órgão Executivo da Câmara Municipal do Barreiro, sob a presidência do senhor Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa estando presentes os seguintes senhores vereadores: Sara Isabel Lopes Heitor, Sara Isabel da Conceição Ferreira, Rui Miguel Santos Braga, Sofia Amaro Martins, Paulo André Raposo de Assunção Fernandes, Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre, Pedro Miguel da Cunha Estrela, e Bruno Jorge Viegas Vitorino.

Os senhores vereadores, **João Pintassilgo, Rui Lopo e Sónia Isabel Oliveira Lobo**, por motivos profissionais foram substituídos pelos senhores vereadores **Sara Isabel Lopes Heitor, Pedro Miguel da Cunha Estrela e Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre**

A ordem do dia da reunião faz parte integrante da presente ata e encontra-se inserta no final da mesma como "**Anexo A**".

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -

Nos termos do disposto no art. 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro foi iniciado o período antes da ordem do dia, onde se apresentaram e debateram assuntos de interesse geral da autarquia.

O Sr Presidente dá início à reunião a fazer o ponto de situação do covid. Infelizmente nós temos estado a acompanhar a tendência geral no crescer nos números. Nós estamos perto, ao dia de ontem, dos 200 casos por acumulado de 14 dias, que é a tendência, fora situações pontuais de um outro concelho que temos visto nas notícias, situações de casamentos e festas que subiram muito este número. Infelizmente, como já acompanhámos nas outras subidas anteriores, quando sobe na capital, isto é, esta mobilidade que existe aqui na área Metropolitana existe para o bem e para o mal e temos estado também a acompanhar.

Fazendo novamente o apelo a todos, como fazemos em todas as sessões, sem exceção, desde que começámos no período covid, passar a mensagem que é fundamental manter a etiqueta sanitária, é fundamental cumprir regras, até é fundamental para os pequenos negócios, cafés, restauração, todos eles que agora puderam ter nesta fase onde tivemos inseridos de forma mais alargada, que não haja um retrocesso para que possam continuar a laborar, é fundamental. Sabemos que não está tudo nas nossas mãos, que não vivemos isolados, sabemos que não está tudo, mas se todos podemos cumprir a nossa parte, certamente estaremos mais próximos de ultrapassar esta fase agora de crescimento que se tem verificado em Portugal, com ênfase aqui da região de Lisboa. Como boa notícia no meio disto, é que a vacinação no Barreiro continua a correr a bom ritmo, com uma cadência quase imprópria do normal.

Ainda há pouco estava aqui a comentar em off que vai haver, um período, o open day, onde as pessoas que não foram vacinadas podem ir sem pré-agendar. Esta informação, para além de ser veiculada pelo ACES, a autarquia assim que tiver posse dos dados concretos também vai fazer a divulgação desta informação, não só nos meios próprios, mas também divulgando para a Comunicação Social

O Vereador Paulo André no uso da sua palavra, cumprimenta todos os presentes e a quem assiste à reunião. É particularmente penoso, para mim falar desta questão de como estamos a evoluir em termos de covid, porque, como foi dito, em toda quase todas as sessões, invariavelmente, se tem vindo aqui apelar a que as pessoas cumpram uma série de regras, que tenham cuidado e, de facto, como sabemos há muitas pessoas que têm e cumprem e há muitas pessoas que não o fazem. A situação está a descambar, naturalmente., hoje temos 1350 a nível nacional, é natural que vá aumentar ainda mais. É preciso que as pessoas percebam que, independentemente de tudo, neste momento, já estão a ser fechadas camas para pessoas com outro tipo de doenças para se voltar a admitir doentes com covid. Portanto, já ultrapassámos novamente a nossa capacidade a nível geral e eu não estou a veicular informações de nenhum hospital em particular, não estou mandatado para isso, mas, em termos gerais, já estamos novamente a fechar camas para outras doenças para admitir doentes com covid. Simultaneamente, temos informação a nível geral nacional que haverá, li na imprensa, 7.000 alunos em isolamento profilático e a Câmara não recebeu informação sobre qual é a situação no nosso concelho, que eu agradecia essa informação, o número de doentes em isolamento profilático, o número de salas fechadas ou número de escolas afetadas, porque é um dado que tem algum interesse, nós termos essa informação e as coisas não estão a correr bem e ainda por motivos profissionais passei recentemente por uma situação que parece que não é unânime que tenha sido ele que tenha dito isto, mas parece que é atribuído ao Einstein, que terá dito que uma definição de insanidade é fazer sempre uma coisas e esperar resultados diferentes.

Se nós continuarmos a comportarmo-nos, enquanto sociedade, a comportarmo-nos como estamos a comportar-nos, isto não vai correr bem, porque o vírus aproveita-se necessariamente, o vírus não quer saber dos estados de alma da população. Ainda hoje ouvimos a entrada em vigor de novas medidas de desconfinamento, quando a evolução dos números contraria completamente isto, portanto, entrada em vigor de novas medidas de desconfinamento, entrada essa decidida há 2 meses atrás sem ter em conta a evolução da situação atual que mais justificaria a suspensão dessa evolução ou o eventual até retrocesso em muitos aspetos, porque é de retrocesso que estamos a falar, e o vírus não quer saber de economia, nem da nossa predisposição, nem da nossa vontade de viver o Verão e de socializar, porque ele gosta é que nós socializemos e aproveita-se disso e, portanto, é só para dizer que as coisas não estão a correr bem e se continuarmos assim vão correr pior.

O Sr. Presidente no uso da palavra indica que não tendo mais inscritos para o tema do Covid, passará a palavra ao vereador Bruno Vitorino dando já entrada no resto dos assuntos. Em relação aos números que o vereador Paulo André pediu, e bem, a vereadora Sara Ferreira está a fazer uma compilação da informação toda com aquilo que é o ponto de situação.ao dia de hoje, a qual já está completa e eu ia pedir-lhe para a pudesse dar já e até pedia ao vereador Bruno Vitorino este compasso de espera.

A vereadora Sara Ferreira no uso da sua palavra cumprimenta todos os presentes e informa que tem a informação que reuniu precisamente hoje de manhã com os diretores de todos os agrupamentos, com a Senhora Delegada de Saúde e com o Serviço Municipal de Proteção Civil. Estivemos a fazer este ponto de situação, nós temos atualmente no concelho 13 turmas em isolamento dos mais diversos. anos de ensino, sendo que no pré-escolar e no 1º ciclo, temos uma turma de pré-escolar e 3 de 1º ciclo, as restantes são nomeadamente 11º anos, 2º ciclo e secundário também é muito pouco, a grande maioria são turmas de 11º ano, sendo que o ano letivo para o para o 9º, 11º e 12º ano vai terminar esta semana, na próxima também terminam alguns ciclos, e estas crianças, estes jovens nem sequer já vão voltar para voltar à escola. Portanto, este é o ponto de situação que nós temos, a situação está a refletir efetivamente o resto do que está a acontecer aqui na zona da área metropolitana de Lisboa, os números estão a aumentar, isto são números de turmas em isolamento, para além destes casos, há situações em que os pais deram positivo e que as crianças não estão positivo, mas estão em casa e a turma não está em isso lamento, portanto, isto são só números de turmas efetivamente isolamento. Os diretores estão a sentir efetivamente esta pressão junto dos estabelecimentos de ensino que está a tornar-se um bocadinho mais complicada, mas em virtude de isto terminar o ano letivo nestes anos em que os miúdos mais velhos, a situação pode ser que fique um bocadinho mais estável e são estas as informações que tenho.

O vereador Bruno Vitorino no uso da sua palavra, cumprimenta todos e pede permissão para falar de alguns assuntos que considera pertinentes. Começando por um que tem a ver com a área da eficiência energética, que tenho o gosto de ter enquanto responsável, aqui na Câmara Municipal do Barreiro, só para assinalar duas intervenções que nós fizemos, no que respeita a autoconsumo unidades de produção, uma instalada recentemente esta semana no mercado 1º de Maio, que temos uma poupança estimada em 7.500 euros por ano, para um investimento que rondou a ordem dos 20.000 euros + IVA e para a Escola Rita Seixas, em que contamos ainda com um ano de produção, foi em Outubro, mas que já nos permite hoje ter indicadores em relação àquilo que era a nossa expectativa de poupança e que andar, entre outubro e dezembro, foi na ordem dos 42% de poupança, ou seja, são painéis para autoconsumo, são painéis solares que aproveitam a energia do Sol para injetar diretamente na rede para fazer que seja essa a energia a ser consumida, só se o consumo fosse superior àquilo que é produzido é que vamos buscar o restante à rede, ou seja, 42% de poupança, portanto, 42% de utilização de energia solar face àquilo que eram as necessidades para aquela escola. A partir de janeiro até aos dias de hoje na ordem dos 58%, portanto, estes números vão subir ainda um bocadinho em termos percentuais e em termos financeiros. Não tenho aqui as contas feitas em cálculo de poupança para a atmosfera em termos de emissões de gases com efeito estufa, mas em termos financeiros para terem esta ideia, vamos poupar por ano na ordem dos 4.500 a 5.000 euros o que é um valor muito significativo para uma única unidade, portanto, um pay back em relação ao nosso investimento de 4, 5 anos considerando aqui o IVA, não considerando o IVA um bocadinho menos, portanto, para dizer qual é a importância que isto tem para a Câmara Municipal do Barreiro em termos de poupança, isto a juntar à substituição que fizemos em 20 escolas no concelho do Barreiro, 20 era o projeto, depois acabou por serem menos, porque havia 2 ou 3 já intervencionadas, a juntar à substituição de toda a iluminação das salas de aula do primeiro ciclo por led e a juntar,

naturalmente, também aquilo tem aqui um valor muito significativo de iluminação pública. Acho que já demos aqui um pontapé de saída muito importante, muito interessante em termos de redução daquilo que é a nossa pegada ecológica e, por outro lado de uma poupança muito significativa de uns milhares muito largos de euros que ficam nos cofres da autarquia que podem e devem ser investidos, ou reinvestidos noutras áreas e que significam poupança e eficiência energética é isto, continuamos a ter condições e qualidade naquilo que fazemos, mas, ao mesmo tempo com os custos ambientais e do ponto de vista financeiros, muito mais baixos, portanto, esta nota de algo que que temos feito já Sr. Presidente no futuro, creio que é importante que possamos refletir em conjunto em relação a esta mesma matéria, porque quanto mais capacidade tivermos hoje de investir, mais capacidade temos de poupar amanhã e uma poupança que depois ficará. O tempo de vida útil destes equipamentos andarão na ordem dos 20 a 25 anos e, portanto, é só fazer as contas e perceber que nós em 4, 5 anos temos o investimento pago, o que é que nós temos de potencial de poupança a longo dos próximos anos, quando tivermos a capacidade de fazer este investimento de forma muito mais rápida e muito mais célere ao nível dos nossos equipamentos municipais. Também temos continuado a fazer o trabalho do Ecodesafio nas IPSS e nas coletividades, clubes do concelho, onde já são cerca de 25 as entidades onde se foi possível fazer alguma intervenção. Numa primeira fase de microprodução, numa segunda fase outro tipo de painel para autoconsumo e numa última fase e a algumas casas em paralelo na intervenção a nível da substituição da iluminação e também no investimento significativo, mas que se traduz em dar melhores condições ao movimento associativo e às instituições sociais para reduzir a sua pegada ecológica, mas reduzir também os seus encargos mensais e com isso darmos uma ajuda que fica, não é uma ajuda pontual, de um subsídio pontual, que muitas vezes é gasto num evento, não, é algo que fica, fica porque diminuí os encargos, portanto, acho que é uma excelente forma de incentivar e de ajudar o funcionamento destas mesmas instituições.

Mudando radicalmente de área e para aquilo que me traz aqui também todos os dias, praticamente em que nós temos reunião de câmara que tem a ver com a gestão. do dia a dia da cidade e os diferentes problemas que nós enquanto município enfrentamos e que os nossos municípios também enfrentam, uma primeira pergunta: resultante das nossas obras, mas também das obras do Lidl ali na Quinta da Lomba, tivemos o nascimento de um molho de entulho que tem umas centenas largas de metros de profundidade e de largura, numa das áreas está praticamente debaixo das janelas dos moradores. Garantidamente para o Lidl terá sido bom negócio, poupou ali uns milhares de euros não ter de levar para aterro. aquele depósito de entulho que ali está e algum depósito de entulho do McDonalds, vi eu também a ser ali depositado e creio que parte do que lá está também será das obras do município, portanto, a pergunta que faço é qual é a data prevista para que aquilo ali desapareça, não me parece que um jardim de entulho seja uma boa obra, um bom cartão de visita para aquela zona da cidade, uma coisa é em tempo de obra servir quase de estaleiro para facilitar a obra, outra coisa é perpetuar-se e termos as pessoas que abrem a sua janela e que, neste momento dão de caras com um jardim de pedra, um jardim de entulho, um jardim de lixo visível da sua janela, portanto, a pergunta é clara e objetiva, até quando é que aquele molho de entulho lá vai ficar, porque é que não foi para aterro, qual é a solução e quando é que entendem, que essa solução deve ser encontrada para dar ali um bocadinho mais de qualidade de vida às pessoas que ali vivem e para resolverem aquele problema.

Uma outra questão também pontual da qual gostaria de falar, tem a ver com a depuradora de bivalves, ontem quando ouvia atentamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não pude deixar de esboçar um sorriso, não visível, porque tinha a máscara, mas esbocei um sorriso porque nós tivemos a presença de dois membros do Governo para duas inaugurações, a última das quais deu origem, aliás, eu acho que as duas com televisão e com comunicação social e a última das quais de origem ao descerrar de uma placa o que normalmente se faz nas inaugurações dos edifícios. O Sr. Presidente de Lisboa, Fernando Medina inaugura aquilo ainda a meio da obra. Aqui foi pior ainda porque a inauguração foi feita ainda antes de haver obra, então o que é que dizia a placa dizia “autos de consignação da obra”, na segunda vez, porque na primeira acho que era um pontapé de saída, não me lembro com foi a designação correta para virem cá os membros do Governo fazer aquele show off, aquele folclore político e eleitoral que depois o tempo passou e materializou-se em quê? Em rigorosamente nada! E na altura era o ato de consignação da obra. Ora, um ato de consignação da obra, creio eu pressupõe consignar a obra, dizer qual é a empresa que a vai fazer, é consignar a dizer, está aqui o nosso caderno de encargos e são estas as condições para aquela obra, portanto, define o caderno de encargos, define quanto é que custa a obra, quantifica toda a obra, porque, numa primeira vez, houve um primeiro concurso que tinha ficado vazio. Porquê, porque foi lançado abaixo do preço de mercado e ficou vazio, ninguém concorreu, porque ninguém vai concorrer para perder uma pipa de massa, mas deu para entreter durante mais 2 ou 3 anos a dizer: vamos fazer, queremos fazer até lançamos o concurso, mas ficou vazio” e depois temos um ato de consignação, portanto, eu não deixo de esboçar um sorriso quando a explicação oficial, agora do Partido Socialista e dos seus representantes locais do Governo do Partido Socialista passa a ser: “não porque houve ali uns problemas do LNEC e afinal o terreno não permite que a obra se faça como estava projetada, portanto, reparem nós trazemos cá um membro do Governo, ministra, Ana Paula Vitorino, na altura ministra para fazer o ato de consignação da obra que implica tudo aquilo que eu estou a dizer para trás, mas depois, portanto, na altura já tem de haver projeto caderno de encargos quantificação da obra e vamos entregá-la alguém para fazer, mas depois a desculpa para ter parado depois é que, afinal, o projeto, que foi feito antes, e os estudos que fizemos em relação ao solo, não permitem que se faça, o que está aqui não bate a bota com a perdigota, ou nos enganaram na altura, ou nos estão a enganar agora. Agora, uma coisa contrária a outra não podem estar as duas certas, e a obra continua a ser relevante porquê? Porque os problemas continuam a existir, aliás, ontem e bem lembrado, ontem foi a vez do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal lembrar essa mesma matéria como aqui, quer por parte das diferentes bancadas já por várias vezes esse assunto foi abordado e, portanto, a minha pergunta Sr Presidente da Câmara é a seguinte: Senhor Presidente, por favor na defesa dos interesses do Barreiro nos interesses da sua terra, veja com o seu governo, com o governo do Partido Socialista, o que é que se passe efetivamente, mas que nos digam a verdade, que nos tentem continuar a atirar areia para os olhos. Aquilo é para fazer ou não é para fazer? Se é para fazer, quando é que é para fazer? Isto porque já passaram 6 anos, 6 anos de promessas, 6 anos com 2 inaugurações virtuais, 6 anos de folclore, 6 anos de anúncios, 6 anos de notícias nos jornais, 6 anos de conversa, e zero, rigorosamente nada, o problema está rigorosamente na mesma como estava há 6 anos atrás e, portanto, acho que chega, acho que já basta, acho que já basta em relação a esta matéria, acho que não dá para continuar assim. Portanto, precisa-se um bocadinho de seriedade

aqui no meio quando se trata com um governo da República Portuguesa de matérias que são muito importantes para o nosso concelho e concelhos limítrofes. Uma outra questão que gostaria também de falar, tem a ver com as barracas nos Fidalguinhos. Em 2017, comecei eu, enquanto vereador a trazer um tema, incómodo para o Senhor vereador Rui Lopo na altura, vereador que tinha a responsabilidade da área, muito incómodo para ele, ficou incomodado várias vezes com as minhas intervenções, mas eu não desisti. Fiz várias intervenções em reunião de câmara, fiz intervenções públicas, vários comunicados públicos que basta fazer pesquisa na Internet para verem que lá estão, vídeos utilizando as redes sociais para fazer pressão sobre o executivo de então, para que o novo bairro de barracas que estava a nascer do Barreiro, camuflado de algumas hortas, algumas hortas, verdadeiras hortas que estavam lá, mas a montante disso estavam a pessoas a viver, tínhamos atividades económicas completamente ilegais, como oficinas e coisas do género, estava a nascer um novo bairro de barracas, nos Fidalguinhos ao longo da via rápida. É verdade que foi pressionado, mas é verdade que o vereador na altura, responsável pela área, acabou por tomar uma decisão de notificar o proprietário por diversas vezes, para aquilo que era um problema, para já, só de urbanismo público, não passasse a ser um problema mais complicado, mais complexo, como alertei várias vezes, já ao nível social e ao nível dos impactos ambientais das atividades ilegais lá realizadas. Foi possível. em 2017, em novembro, dar início ao trabalho de demolição, pelo próprio, que nos meses anteriores tinha sido notificado para fazer todo esse trabalho. Foi para mim um ponto de honra porque era uma vergonha o que estava ali a passar e havia, de facto, uma inatividade por parte da Câmara Municipal em relação a esta mesma matéria, mas acabou por ser feito. Qual não é o meu espanto quando vejo nas redes sociais pessoas ligadas ao atual executivo, tipo comissários políticos, aparatchiks políticos, nas redes sociais a dizerem conseguimos resolver o problema das barracas, e eu queria deixar bem claro que neste mandato não resolveram problemas de barracas nenhuns, o dos Fidalguinhos já estava resolvidos, teve início na primeira semana de novembro de 2017 quando a tomada de posse do atual executivo, foi em 20 ou 22 de outubro desse mesmo ano, portanto, tinham de trabalhar mesmo muito depressa para numa semana conseguirem fazer todo o processo legal de notificação e pôr o proprietário a fazer as respetivas limpezas e o que, pelo contrário, conseguimos assistir neste mandato, foi ao proliferar de novas barracas, Alburrica junto aos Moinhos, e junto à única casa legal que lá está, mais barracas e lixo todo o lado. O problema dos contentores que foi uma péssima solução no anterior mandato, neste momento já com mais lixo e mais barracas na zona envolvente entre os respetivos passadiços. A zona dos ferroviários onde temos o hangar dos ferroviários, cada vez com mais barracas e com mais problemas, já trouxe esse assunto aqui várias vezes e não houve coragem política para resolver fosse o que fosse, fora um conjunto muito significativo de casas abarracadas ou de barracas que são construídas ao lado de casas que são simplesmente ocupadas numa lógica completamente selvagem de que o Barreiro parece uma terra de ninguém, uma terra sem lei, uma terra onde vale tudo e onde não há um mínimo de respeito pela lei nem pela propriedade privada, porque nós continuamos a ter ocupações ilegais no Barreiro, no Lavradio antigo, ocupações ilegais um pouco já por toda a freguesia do Barreiro, já no centro do Barreiro junto ao túnel, com a passividade total da autarquia com uma desresponsabilização total da autarquia a dizer o problema é dos proprietários. Para mim, uma câmara Municipal tem de zelar por tudo aquilo que é o seu território, tem de zelar pelos seus munícipes, tem de zelar pelos interesses,

naturalmente do município. Para mim, fechar os olhos a esta realidade que cada vez está pior, que cada vez vai ser mais difícil alguém pôr mão nisto, é um problema que estão a deixar agravar-se ainda mais, portanto, a minha pergunta mantêm-se: qual é a estratégia da Câmara Municipal do Barreiro em articulação com as outras entidades, dentro daquilo que são as suas competências, por exemplo, ao nível do Conselho Municipal de Segurança, como é que se pretende articular, decidir, executar uma estratégia que leve a acabar com este flagelo das ocupações ilegais? Isto não pode ser terra de ninguém, isto não pode ser um país de terceiro mundo onde parece que não há leis, e parece que alguns podem fazer tudo o que querem porque não lhes acontece rigorosamente nada, porque as autoridades, os poderes públicos que tem a responsabilidade de fazer qualquer coisa e que tem os meios para poder agir, são aqueles que fecham os olhos em relação a essa mesma realidade e que dizem que o problema é dos munícipes, desenrasquem-se e façam lá como quiserem, como se fosse, de facto, um problema dos munícipes, como se não fosse um problema do município também naquilo que é o péssimo aspeto, o não haver um mínimo de controle em relação às regras, o haver uma péssima imagem do concelho do Barreiro, e os problemas sociais que vem agarrados a essa mesma questão dessas ocupações ilegais, portanto, a minha pergunta e a minha intervenção vai neste sentido: qual é a estratégia da Câmara Municipal para acabar com as ocupações ilegais? E agora juntar este tema ao tema anterior: qual é a estratégia da Câmara Municipal do Barreiro para acabar com as barracas que estão ilegalmente construídas já um pouco por todo o concelho. Vangloriam-se de um trabalho que não foi o vosso, e não terem a capacidade de resolver minimamente um problema que aumenta de dia para dia, acho que é no mínimo, do ponto de vista político, para não utilizar outra palavra mais feia, é desonesto, é completamente desonesto fazerem esse tipo de aproveitamento daquilo que foi trabalho feito no passado, e não terem a capacidade e a coragem de fazer esse trabalho no presente e em relação àquilo que continua cada vez mais, infelizmente, a proliferar pela nossa cidade. Eu ficava já por aqui, Sr. Presidente, tenho aqui mais uma outra coisa para dizer que se for preciso volto cá, mas não queria também monopolizar esta parte da intervenção. Muito obrigado.

O vereador Rui Braga no uso da sua palavra, cumprimenta o Sr. Presidente e todos os vereadores e quem segue lá em casa. Vereador Bruno, eu tenho acompanhado, não trago para a reunião de câmara, tão fortemente e tão decidido como o vereador escolhe já há várias reuniões de câmara falar dos comentários das redes sociais, e de quem fala nas redes sociais e respondo aqui do púlpito na reunião de câmara, a alguém que diz que está organizado e fala aqui nas redes sociais, eu penso que aquilo que se ouve e que se escreve nas redes sociais tem um cariz emotivo muito grande e o senhor parece que ultimamente está um pouquinho contaminado com esta tendência, com esta queda para falar de assuntos nas redes sociais e escreve, cria rubricas, e eu só entendo isso como puramente eleitoralista, porque quando nós decidimos falar de coisas com alguma propriedade, é aqui nesta casa, aqui neste sítio que nós discutimos algumas decisões e quem não tem informação costuma estar nas redes sociais Para ir direto às acusações e às críticas que fez na depuradora de bivalves, mencionou aqui o Presidente da Assembleia Municipal que ontem, falou sobre o assunto, disse tudo o que ele disse, mas esqueceu-se de dizer algo que o senhor Presidente disse e deixou claro para quem quis ouvir, disse que o processo não correu bem, até disse mais, diz que não vale a pena arranjar-mos desculpas quando o processo não corre

bem. E o senhor vereador opta por, "chamaram a ministra", "fizeram uma inauguração", "trouxeram televisão", "lá estão os socialistas a trabalhar para o voto", "para o show-off". O que aconteceu na depuradora de bivalves é algo que precisa de ser explicado às pessoas de uma forma muito simples por que todos entendamos: o governo financiou uma obra que estava a ser liderada pelo IPMA e quando se iniciou o processo de obra, se deparou como uma dificuldade no terreno que o projeto não previu, portanto, o método construtivo obrigou a um refinanciamento da obra, porque o método aplicado às condições do terreno que não foram identificadas lá atrás, é agora mais caro, precisa-se de encontrar um novo fundo de financiamento e foi isso que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse ontem, que estavam à procura de uma nova fonte para que o processo seja realizado. E eu não retiro o mérito ao governo para querer resolver este problema e ter escolhido o Barreiro porque o processo não caiu, a vontade do governo continua a mesma, assim que seja encontrado o devido financiamento para encaixar. Correu mal, o Sr. vereador ri-se, quer continuar a pisar neste assunto, porque dá jeito para criticar o PS, siga esse caminho, mas a verdade é esta, ontem foi assumido que o processo não correu bem e foi reiterada a vontade de implementar. Depois falou nas barracas do Xavier de Lima e fez aqui um filme que eu por acaso não estava à espera, até quando estava a falar, fui ver do o que é que estava a falar, portanto, falou alguém das redes sociais que acabou de falar nas ocupações e fez aqui um número político, Sr. vereador, aquilo que se está a referir nas redes sociais, certamente foi um post, que eu coloquei no facebook a dar conta do final da requalificação na que estamos a fazer junto à escola dos Fidalguinhos, e o meu post diz o seguinte: "espaço requalificado nos Fidalguinhos com mais árvores, estacionamento e Street workout. Depois do fim das barracas, do melhoramento de mobilidade e de repavimentação, este é um investimento na valorização da urbanização." Este foi o post, não sei se será este a que estava a referir, mas foi este que eu fiz. Retirar do meu post aquilo que lhe dá jeito para se por no centro da conversa é um número político interessante e eu já vou aprendendo consigo porque deste post retirar que o mais importante a que estamos a falar é das barracas, para assumir para os louros que são seus e do antigo executivo, e chamar desonesto a apropriação de uma medida que não nos diz respeito, eu acho que é de uma leviandade tirar deste post, colocar-se no centro desta publicação para transformar isto num nome político para nos chamar desonestos intelectualmente, era só o que faltava que este meu post não fosse fiel à história. No nosso tempo, fomos nós, já estávamos nós com o poder executivo a que finalizámos aquilo que foi o trabalho que vem de trás disse-o, e muito bem, foi o início para nós, pelo menos para mim, enquanto responsável da área, do melhoramento que fizemos de há 4 anos para cá nos Fidalguinhos, começou aí, fizemos as 2 rotundas, uma mais pequena cá em baixo junto ao colégio e a rotunda com a Moita na Estrada da Amizade onde melhorámos muito a mobilidade dos Fidalguinhos, pavimentámos, mudámos os leds e agora melhorámos este logradouro, portanto, é isto que nós estávamos a dizer e a querer transmitir como uma boa notícia. Não colho de todo a falta de honestidade que nos atribuiu até porque não quis com isto assumir qualquer tipo de louro de uma política que fez, e bem, e que lutou por ela juntamente com o antigo executivo e que nós temos honrado essa decisão, porque todos os anos exigimos a que o proprietário limpe o terreno, aliás, foi limpo há pouco tempo para que situações como aquela que nós vivemos não se voltem a repetir e a acontecer por isso, algo que mantivemos foi aquilo que foi o trabalho que foi feito lá atrás e não, não quisemos assumir louros do seu trabalho, fique descansado. Em relação aos montes de

areia, para finalizar, a Câmara Municipal do Barreiro está a encontrar as soluções para lá ir retirar o entulho que parte foi despejado nas obras que foram lideradas por nós. Agora, eu só lhe queria corrigir aqui um aspeto, não foi o Lidl nem foi o McDonalds que despejaram ali entulho porque lhes deu jeito, porque o Lidl e o McDonalds foram obras sujeitas a fiscalização e se a Câmara Municipal do Barreiro, com o seu departamento de fiscalização tivesse conhecimento que quer o Lidl, quer o MacDonalds tivesse despejado ali entulho e que não o levou para aterro, não o deixaríamos e não estou com isto a escamotear qualquer tipo de necessidade ou de problema, porque os montes cresceram e aconteceu, parte foram despejados por nós, que é o conhecimento que eu tenho e aqueles montes que ali estão apareceram depois das obras onde os países ilegais à noite, provavelmente foram nascendo, isto é um trabalho que nós temos que o fazer e temos que o resolver porque também nós não queremos que debaixo das varandas das pessoas estejam estes montes de entulho, não é só porque têm varanda mas porque não faz lá falta, portanto, eu espero que a breve trecho consiga ter meios próprios para ir regularizar o terreno e aquilo que também é justo dizer é de que não fizemos favor nenhum, como deu a entender, nem ao Lidl, nem ao McDonalds, metam lá aqui o entulho para vos ficar mais barato ou para vos dar mais jeito que depois a câmara resolve. Isso não aconteceu, isso não acontece, tenho por muito qualificados os nossos técnicos da fiscalização, certamente que não veem tudo, mas as obras mais importantes foram seguidas e acompanhadas de perto, portanto estas coisas não acontecem e era isso que eu lhe queria dizer em relação ao entulho.

O Sr. Presidente no uso da sua palavra dá três notas sobre os assuntos que foram falados que considera importantes, sem qualquer ordem apresentada. Sobre a questão das barracas dos Fidalguinhos, independentemente das considerações, há uma coisa que eu tenho testemunhado, é que agora anualmente, e às vezes até mais do que uma vez por ano, estou a dizer de cabeça, tem-se feito a limpeza do terreno, para não se deixar chegar ao ponto que chegou que eu acho que era inadmissível e o que é facto é que estando resolvido antes, ou não, foi tema de campanha. Lembro-me perfeitamente que foi tema da nossa campanha e do vereador Bruno Vitorino também, acho que deve ter sido transversal, porque realmente o que estava lá era já se aproximava de outra coisa que não uma simples horta, era quase um mundo. O que tem feito agora, para além de se ter feito a limpeza é que todos os anos o terreno é limpo e a manutenção garantida para que nunca mais tenhamos que chegar àquela fase.

Dizer também sobre a depuradora, há uma coisa que eu acho, e digo isto pelas diversas intervenções aqui em reunião de câmara e até pelas diversas intervenções que têm sido feitas ao longo dos tempos na Assembleia Municipal, acho que ninguém tem dúvidas que o equipamento é um equipamento importante não apenas para o Barreiro, eu diria, para todo este Arco Ribeirinho e havendo possibilidade e terrenos no Barreiro, ainda bem que o investimento tem a possibilidade de ser feito aqui. O auto de consignação, é o auto, não que dá início ao concurso público, mas é o auto que entregue a obra, onde começa a contar o prazo da obra, e é onde muitas vezes em erros e omissões de projeto é identificado, até com um diferendo entre o concorrente e o próprio dono de obra, foi o IPMA, as condições do terreno e mandou-se fazer o estudo ao LNEC e o estudo não está concluído há muito tempo para poder dirimir por completo a questão sobre o tipo de construção, sabendo agora que o que está em cima da mesa é uma construção em cima de estacaria para aqueles terrenos. A força que se tem feito, ainda há pouco tempo aproveitei ter cá estado

a Secretária de Estado das Pescas, o vereador Rui Braga, também como foi dito, teve uma reunião com o Ministro do Mar, é tentar na verba que falta por ser um equipamento que é importante para todo este Arco Ribeirinho, é que o equipamento já agora com a solução final depois do relatório do LNEC, apontar se efetiva porque grande parte da verba do anterior concurso era fundos comunitários e falta penso que na ordem do meio milhão de euros, 400, 500.000 euros, e estou-vos a dizer de cabeça, é que se faça esse esforço recorrendo a outro tipologia de fundos, para que efetivamente aquele equipamento que se possa efetivar, até porque como várias vezes aqui foi dito, mais do que a depuradora que é uma forma como simplificamos o investimento, tem uma componente de investigação e desenvolvimento e até de ligação com o politécnico, pode ser até muito interessante, por isso a força que tem de fazer tem que ser para que estes 3/4 que já estão feitos, não se desperdice e que se possa encontrar fonte de financiamento para o último 1/4 que falta para se poder efetivar o investimento. Queria só deixar estas duas notas, porque são assuntos que já passaram, para não se ir repescar. Passo a palavra à vereadora Sofia Martins.

A vereadora Sofia Martins no uso da sua palavra, cumprimenta todos os presentes e todos os que nos seguem em casa. Dar uma nota ainda sobre o tema que o Sr. Presidente estava agora a referir, para complementar a ideia, e eu nem vou acrescentar nada sobre a depuradora de bivalves, já foi aqui colocado o enredo desta construção, mas acima de tudo, aquilo que me preocupa é que tinha havido um compromisso e a Sra. Ministra Ana Paula Vitorino tinha feito um compromisso com os 5 municípios que têm junto do Tejo a apanha do bivalve e tinha feito o compromisso de se fazer uma comissão de acompanhamento para o estudo necessário para classificação do Estuário do Tejo para permitir que fosse licenciada a apanha do bivalve porque depois, nós temos uma depuradora mas não temos o estudo feito que permita classificar as zonas entre A, B e C, classificando aquilo que é possível de apanhar e em que condições, nós não vamos conseguir por a depuradora a funcionar e estamos a perder anos e anos, esta conversa foi feita já há muito tempo., na substituição da Sra. Ministra do Mar pelo novo Ministro não houve continuidade deste trabalho e nós estamos sobejamente preocupados com isto, portanto, há de facto, aqui uma questão que está por resolver, aliás, quando se coloca questões, como a precariedade, os problemas dos imigrantes ou dos migrantes, dos movimentos migratórios de outros países que vêm de propósito. para a apanha do bivalve em situações de grande precariedade, principalmente na zona de Alcochete, na zona do Samouco, que vivem em condições de grande degradação e que não têm uma intervenção e já falámos aqui sobre isto, não tem uma intervenção muito porque o Estado Português não conseguiu e o governo não conseguiu fazer o seu papel, o seu papel a montante, de conseguir regularizar esta apanha e poder regulamentar esta apanha e com isto poder ajudar a classificar a apanha e eliminar toda a ilegalidade que está subjacente a esta esta prática, vai fazer com que a depuradora por mais depressa que ela seja construída não vai resolver o problema, não vai conseguir resolver o problema, ajuda para complementar aquilo que é uma atividade que tem que rapidamente ser regulamentada e que não foi regulamentada ainda e nem vejo qualquer ação até pelos municípios que são parte integrante deste projeto que tinham que ser constituídos como Comissão de Acompanhamento e que eu saiba nenhum município foi chamado ainda para discutir sobre este problema porque tem que se analisar pontos de descarga, tem

que se verificar que há condições de não haver acidentes nas descargas para poder licenciar uma zona como a Penha, há uma série de trabalhos a fazer que não foram feitos ainda, portanto, duvido o IPMA tenha feito qualquer trabalho relativamente a esta matéria, mas pronto. Era só para acrescentar esta reflexão que eu acho que estamos todos juntos na preocupação, acho que a preocupação é uma preocupação que vai muito para além só da depuradora, tem outros contornos até sociais, bastante graves, e que nós devemos todos fazer um esforço, muito grande, aos níveis em que trabalhamos, aos níveis que conseguimos influenciar para que este problema tivesse de facto um bom curso. Sobre as questões que queria colocar aqui muito rapidamente, dar nota que, de facto, na semana passada, secalhar, pela quarta vez, ouvimos a Sra. Ministra da Coesão anunciar um dos temas que a gente também já debateu aqui, que é a questão da criação da Nuts III da Península de Setúbal, e pela quarta vez, ouvimos a Sra. Ministra anunciar que desta vez ia avançar resolvendo aquilo tinha sido um processo, de certa forma, de discriminação negativa da nossa península que não resolvendo problema financeiro, porque as verbas que vêm da União Europeia e que são atribuídas em sede de quadro comunitário não são distribuídas por NUT III, são distribuídas por NUT II e continuarão a vir para o Programa Operacional Regional de Lisboa e não dirigidas à NUT III, no entanto, nós nunca conseguiríamos aspirar a ser uma NUT II ou, pelo menos a constituirmos como NUT II com outros municípios em igual situação enquanto não tivermos aquilo que se chama uma evidência, estatística que possa provar claramente aquilo que todos nós sentimos na pele, sentimos na pele diariamente, que é um empobrecimento progressivo da nossa região desde o processo de desindustrialização que nós temos sentido um empobrecimento da região uma perda de capacidade de compra, uma perda de emprego real e sustentável, o empobrecimento no tecido económico local, nas pequenas e médias empresas, e isso só será invertido quando nós tivermos efetivamente uma injeção seja de fundos comunitários, seja de fundos nacionais que possibilite a nossa região de se desenvolver. A Sra. Ministra tinha feito uma afirmação em Assembleia da República que disse que por ela estava definido já daquilo que foi o trabalho que os municípios desta região, da região de Setúbal juntamente com uma série de entidades que fizeram uma plataforma e lutaram até a exaustão para que esta questão ficasse resolvida, disse que estava garantida a NUT III, quanto à NUT II fazia-a depender de uma regionalização, depois na semana seguinte já disse que se tinha enganado e que não fazia depender nada da regionalização, que era importante que também se avançasse com a regionalização, mas que não faria depender a NUT II ou a reflexão sobre as NUTS II da regionalização. Esta semana veio novamente mostrar alguns problemas sobre a criação da NUT II e juro-vos que começo a achar que há qualquer coisa que não os chega à interpretação, porque não é claro, nós recebemos informações contraditórias por parte do governo e o que eu acho que é mais importante e que eu pedia a todas as forças políticas representadas na nossa terra e todas as forças que não estão representadas também, capacidade de intervir que nós possamos estar unidos relativamente a esta matéria. Esse foi o exercício que foi feito na Assembleia da República, pela primeira vez, foi aprovado um projeto de resolução por unanimidade relativamente a esta matéria. Um projeto de resolução que defendia a criação da NUT III da Península de Setúbal, ou a reposição da NUT III, que foi aprovado por unanimidade e eu acho que isso é um facto que ajuda a perceber que todos nós estamos atentos e que todos nós temos esta consideração, mas eu temo que por questões, às vezes, de oportunidade política, por questões diversas, este assunto possa não avançar

como devia avançar e, portanto, apelava a todos um esforço de união em torno deste tema para que possamos levar avante, aquilo que é uma discriminação, neste caso positiva, uma reposição de justiça elementar para a nossa região. O Barreiro faz parte desta região e sem efetivamente haver um investimento sério por parte do Estado dirigindo para cá fontes de investimento sejam elas europeias sejam nacionais, nós não conseguiremos resolver os nossos problemas, seja quem estiver no governo e na direção dos destinos do nosso município, não conseguirá resolver os problemas estruturais da nossa região, se nós não tivermos efetivamente um investimento sério na nossa terra. Isto cola com um segundo tema, ainda há pouco a AML apresentou um estudo de logística. Eu queria perguntar ao Sr. Presidente, se a Câmara Municipal do Barreiro se pronunciou sobre o estudo de logística que a AML apresentou, porque o estudo de logística da AML não tem praticamente uma linha que considere a região de Setúbal como uma região com um peso estruturante para as questões logísticas e para a evolução da logística em Portugal e parece-me que é, de certa forma grave, acho que nós temos que tomar posição sobre esta matéria e, portanto, certamente todos os municípios estão a refletir sobre o tema e, portanto, estão a fazer o seu caminho. Houve municípios que já tomarão posição e eu perguntava se no Barreiro não oportuno podermos fazer essa discussão entre nós e poder tomar uma posição relativamente a esta matéria, mas desde questões da plataforma logística do Poceirão, independentemente de ser no Poceirão ou não, mas aqui na região, a plataforma logística não está incluída, o desenvolvimento do terminal do Porto de Lisboa na margem Sul também não está incluído, as matérias da cidade aeroportuária não estão incluídas, o desenvolvimento dos territórios como a Baía do Tejo ou o Parque Industrial do Seixal não estão incluídos, nada está incluído, nem estradas, nem rodovia, nem ferrovia, nem fluvial, nada está incluído, nada está incluído neste plano logístico da Área Metropolitana de Lisboa, está tudo acima, portanto, está tudo para a área Metropolitana Norte e não é nada contra os municípios do Norte, da área Metropolitana Norte, mas nós não conseguimos resolver os problemas da nossa região se não tivermos uma fixação de emprego na região, é impensável nós continuarmos neste rumo de penduralidade permanente de Lisboa e nem Lisboa vai suportar, aliás, está previsto um aumento do aeroporto Humberto Delgado para as questões da carga, que é uma coisa impensável, quer dizer, quando andamos anos a discutir até a necessidade de construir uma complementaridade ao aeroporto da Portela, a afixação de novas valências sobre carga está-se a prever no aeroporto, Humberto Delgado e, portanto, eu acho que há aqui questões que são questões de fundo, são questões que mexem com o nosso futuro acima de tudo, vão mexer já nem é com o nosso futuro, é com o futuro dos nossos dos nossos filhos e com o desenvolvimento da nossa terra, e que exigem que nós possamos estar unidos nessa reflexão e possamos efetivamente fazer uma afirmação de conjunto sobre aquilo que queremos para a nossa terra. Eu acho que é impensável o documento que nos foi apresentado, eu acho que é impensável e acho que temos todos nós obrigatoriamente que tomar uma posição. Uma última nota só para fazer duas perguntas, uma que tem a ver com a questão da obra que está a decorrer no Barreiro A, nós em tempos, quando foi, do acionamento das garantias bancárias para fazer aquilo que foi a substituição do promotor das Cordoarias, fizemos um contacto na altura com as Infraestruturas de Portugal numa tentativa de poder usar aquele caminho através do Barreiro A, provisoriamente, para poder a fazer as obras não prejudicando a circulação no Barreiro, que depois foi utilizado durante a obra que se fez das infraestruturas de águas que se fez ali naquele cruzamento no

início deste mandato, mas ficamos sempre com a sensação, até porque nós recebemos até duas respostas negativas da IP inicialmente e ficámos sempre com a sensação que a IP não tinha nos seus horizontes prevista a desafetação daquele canal ferroviário. Foi com algum espanto que vi que foi desafetada, pelo menos, aparentemente ela está anulada, aquela linha do canal, daquele troço do canal ferroviário, e parece-me um pouco estranho depois de vários anos de trabalho com a IP sobre essa matéria. Pedia que me esclarecessem o que é que se pretende, porque é que o houve, de facto, esta inversão relativamente ao pensamento da IP, e se as questões estão todas salvaguardadas mesmo em termos de, parecia-me a mim, que na altura a IP levantou questões, mas eu confesso-vos que não consigo lembrar-me com precisão, levantava questões até de algumas manobras serem necessárias naquele ramal e, portanto, era um ramal pouco utilizado, verdade, mas que para algumas manobras eram ramal de escape e que precisavam de manter aquele ramal em ativo e estranhei, de facto, o ramal agora estar desafetado, e porque é que houve esta mudança. A última pergunta tem a ver com a estratégia de habitação que veio para a nossa discussão há cerca de 2 meses, e como não voltou ainda, é para saber o ponto de situação sobre a estratégia de habitação.

O Sr. Presidente da Câmara, no uso da sua palavra faz a seguinte proposta: tenho o vereador Bruno Vitorino para fazer intervenção, secalhar a algumas questões, nomeadamente à última eu posso responder, porque é uma resposta mais telegráfica, pedia ao vereador Rui Braga, para dar resposta às questões que a vereadora Sofia colocou, pelo menos, naquelas que são desta questão da IP e depois passava ao vereador Bruno Vitorino, pode ser? Só dizer em relação à estratégia local de habitação, e eu sei disto porque ela foi para o IRU e veio com perguntas e voltou a ir novamente para o IRU. Nesse ponto, tinha-se enviado aquele draft, penso que a vereadora Sara tinha referido isso, o IRU devolveu com alguns comentários para se poder fazer a adaptação e tudo isso já foi feito e já foi novamente entregue, pensamos agora que quando vier já seja o final para depois vir aqui ao órgão que seja câmara e depois da câmara à assembleia, mas é este o percurso.

Dizer-lhe apenas, fundos comunitários, completamente de acordo, como já falámos aqui várias vezes, eu penso que não há ninguém que não esteja neste diapasão e ainda bem que é um assunto que eu sinto que está a fazer evolução e a fazer união, e não estou a falar no Barreiro, estou a falar de forma transversal, vindos dos mais diversos quadrantes da nossa península e fico obviamente também satisfeito por sentir isso, mas é exatamente assim, e é um caminho que tem que ser feito e sinto agora que há pelo menos o plano de trabalho efetivo para se lá chegar. Eu acho que isso é importante porque as proclamações, muitas vezes políticas, são importantes num determinado momento, fazer a pressão política, são importantes num determinado momento, e acho que agora passamos por uma fase onde já há um caminho no horizonte temporal, quase com um calendário onde sabemos qual é a meta onde temos que entregar para poder fazer e acho que é, nem vou falar numa questão de injustiça, porque isso é óbvio que era uma injustiça que não fosse feito, mas acho que é algo que a não ser concretizado que vai ter um impacto muito importante no desenvolvimento destas regiões, um impacto negativo que se na convergência que estamos a fazer, precisamos é de reforço, eu diria que é uma questão quase que de La Palisse, se não só nos reforçam como nos retiram, com que meios vamos fazer a convergência enquanto península, mas isso eu

acho que é claro e acho que tem sido claro para os mais diversos quadrantes, toda a gente estar a fazer este trabalho e agora é preciso concretizar, mas acho que este caminho está a ser feito e por isso com o que a vereadora disse aqui, eu acompanho-a a 100%. Vereador Rui Braga, pedia-lhe que desse resposta à questão que a vereadora Sofia Martins fez sobre a IP do canal para depois ficar com resposta e irmos fechando assuntos e depois o vereador Bruno Vitorino a seguir.

O vereador Rui Braga no uso da sua palavra indica que em relação à pergunta da Sra. vereadora, não tem a informação concreta sobre o troço, mas esse troço foi desativo pela IP e nós quando estávamos a discutir o projeto, obviamente, tivemos que ter o parecer da IP e na altura fomos à fala com o operador quem utiliza a linha que precisava de uma parcela para fazer manobras. Isto foi tudo estudado entre os nossos serviços que estavam a desenhar o projeto, a IP e também sentado à mesa estava um operador que chegou a este projeto que está a ser implementado. Eles já levantaram linhas, inclusive, na Miguel Bombarda porque a IP desativou, não sei se se utilizar o termo certo ou não, ou perdeu o interesse nessa linha, eu penso que estou a falar nas mesmas linhas que a vereadora está a falar, portanto, acho que é isto, mas posso fazer-lhe chegar ao seu gabinete o processo onde tem estas coisas que foram dirimidas com estas duas entidades, a IP e o operador, não me recordo o nome, que está a operar o comboio e os nossos serviços.

O Sr. Presidente no uso da sua palavra indica que a linha a que o vereador Rui Braga se refere é a linha que a vereadora Sofia Martins estava a mencionar, exatamente aquela que tem os portões da saída da Baía do Tejo e que se prolongava depois até à Miguel Bombarda. Eu sei que na altura tinha-se feito esse caminho, agora foi possível ajustar quase nesta triangulação, obviamente com a IP, com a câmara e com o operador, como o vereador estava a dizer para fazer este encurtamento da linha.

O vereador Bruno Vitorino no uso da sua palavra apresenta duas ou três notas em relação à sua intervenção inicial e à resposta do Sr. vereador Rui Braga. Ficou claro que há uma ausência total de resposta sobre qual a estratégia para as barracas ilegais ou para as ocupações ilegais e fica claro porque não há estratégia, e o tempo comprova, passaram 4 anos praticamente deste mandato, e não há estratégia, é o resultado, infelizmente, daquilo que nós vemos um pouco por todo o concelho. Em relação à depuradora de bivalves também creio que fica claro uma coisa, que passaram 6 anos do atual governo socialista e há muita conversa, muita desculpa, muita encenação e muito pouca ação, mas o mesmo em relação à esquadra da PSP do Barreiro Velho que é a única que eu acredito que seja mesmo para terminar um dia, porque foi a única começou de facto com alguns problemas e alguns até justificados pelo Sr. vereador ao longo dos tempos, mas o mesmo em relação ao Terminal dos Contentores, à ponte Barreiro/Seixal, é um conjunto de promessas do Sr. Primeiro Ministro que veio fazê-las aqui ao vosso lado, a fazer as tais promessas de ser para o ano, daqui a 6 meses, daqui a um ano, daqui a 2 anos e passaram 6 anos e qualquer coisa e está tudo rigorosamente na mesma. Não é só da questão produtora de bivalves, concordo com o que disse a senhora vereadora Sofia, não é só a questão da depuradora mas a depuradora é importante, também os problemas, infelizmente, não são só aqueles que a vereadora falou, são muito

mais do que isso, vão para máfias organizadas, para máfias de tráfico de pessoas com redes internacionais, portanto, como tem sido dito na comunicação social ao longo dos tempos e com provas e com investigação e com detenções e com um conjunto de coisas que a justiça e a investigação criminal tem levado a cabo, portanto, é ainda pior! Pelo meio, de facto, alguns mariscadores, verdadeiros, sempre viveram do rio e quem continuar a ter a sua vida, portanto, mistura-se aqui um conjunto de situações muito complexas e o tempo vai passando e aquilo que vemos é que é um a empurrar com a barriga de tudo o que é resolução desses mesmos problemas por parte do Governo, de responsabilidade da autarquia. Quanto muito a autarquia tem uma responsabilidade. É o silêncio, às vezes cúmplice e conivente, por ser da mesma cor política do Governo e deixamos de ter uma capacidade reivindicativa ou de pressão do que quer que seja, não devemos viver para a reivindicação, mas quando temos que o fazer e já provámos isso no passado, e até já nos unimos muitas vezes no passado com governos de diferentes cores políticas quando o interesse do Barreiro falava mais alto e aqui o interesse do Barreiro, nestas matérias que eu acabei de falar, em qualquer uma destas 4 questões, da Ponte Barreiro/Seixal, Terminal de Contentores, a questão da PSP, a questão dos bivalves, o que é facto é que aqui vemos um silêncio cúmplice por parte da maioria socialista na câmara em relação ao Governo Socialista que não ata nem desata e continua a prometer e aí temos o mínimo de pudor em relação às promessas que continuam aqui a ser feitas. Sr. vereador Rui Braga, quanto àquilo que falamos dos Fidalguinhos, para que fique claro, eu não estava a falar do seu post, aqui é ao contrário, até tenho uma excelente relação pessoal com o Sr. vereador, entendemos no trabalho que temos tido em conjunto e as coisas têm, apesar das diferenças que também temos, naturalmente, as coisas têm acontecido. E não vi o seu post, não sou seu amigo no Facebook, portanto, não vi o post, não faço a mínima ideia. Estava de um aparato chic do Partido Socialista, um Senhor que foi candidato há uns anos atrás pelo Partido Socialista à Câmara Municipal e que disse claramente: “Bruno Vitorino, não seja nem deselegante, nem arrogante”, quando disse de forma factual o que tinha acontecido em relação à questão da limpeza do terreno, em relação às barracas dos fidalguinhos, e continua ele: “não seja deselegante nem arrogante, muito menos, acuse os outros, o que é hábito em si, quando recorrentemente se coloca em bicos dos pés, querendo apropriar-se do que não lhe é devido. A limpeza dos terrenos, em particular dos terrenos Xavier de Lima, incluindo as barracas que ali existiam, não foi feito neste mandato e não foi por existente ação do vereador, Rui Braga?” Não Sr. Arquiteto Carlos Pires, não foi, como ficou aqui claro da intervenção do Sr. vereador Rui Braga. Pelo menos tiro-lhe o chapéu não é mentiroso, ao contrário de outras pessoas, que continuam a insistir e eu não gosto de gente mentirosa e de partirem ainda por cima para ofensa em redes públicas, mentirem deliberadamente em relação àquilo que é a realidade dos factos. E depois a seguir ainda são eles a dizer que os outros é que são arrogantes e se metem em bicos dos pés e que se querem apropriar que não lhes é devido. Isto não tem nada a ver com ideologia, nem com diferentes opções políticas, isso são outras coisas, essa discussão eu faço! Sr. vereador não lhe tirei o mérito em relação a algumas intervenções que aqui falou dos Fidalguinhos, naturalmente que acho que os leds ficaram completos, falámos disso, fomos visitar algumas ruas e era necessário dar continuidade àquele trabalho que ficou incompleto em algumas ruas, não gostei da ciclovía, porque aquilo não é ciclovía nenhuma, ou via ciclável nenhuma, aquilo é uma aberração e um perigo. As restantes obras que ali fez nos Fidalguinhos, até houve uma que não falou e que na altura até

elogiar, foi a questão do rebaixamento das passadeiras, uma questão importante para quem tem mobilidade reduzida e que o senhor não falou agora, até lhe fiz um elogio aqui em relação a isso, agora o seu a seu dono. Notificou todos os anos o proprietário e ainda bem que o fez, não houve capacidade para mais, mas pelo menos isso foi feito e ainda bem que foi feito. O seu a seu dono. Não gosto, de facto, quando na política se dizem coisas que não correspondem à verdade, não foi o senhor vereador que o fez, portanto... a micro rotunda, acho que podia ter sido uma rotunda maior ao pé da escola. Lembro-me, quantas vezes eu não falei nisso em sessão de câmara, pus lá cartazes, a ação foi feita no seu pelouro que aquilo deu origem, então eu primeiro reivindicava e depois ia criticar? Não, ainda bem que o fez, podia ter ficado maior, mas ainda bem que fez. É melhor assim do que não estar. E em relação à rotunda com a Moita, estou totalmente de acordo com essas matérias e ninguém me ouviu por em causa essas questões e apoiei, até através de orçamentos e de uma série de outras coisas. Agora quando há quando há um conjunto de pessoas que representa um partido político e que insistem na mentira, tenho naturalmente que ficar indignados e fiquei, fiquei ainda mais, quando põe em causa o trabalho dos outros. É claro que fico que fico, chateado em relação a essa mesma matéria. Sr. vereador, duas ultimas questões, fica registado e eu confio na sua palavra, se me garante aqui que não foi do Lidl e do McDonalds, eu vi, pelo menos um camião que saiu do McDonalds com terra, não era entulho, era terra, que foi para ali, não sei se foi retirado ou não mas eu vou acreditar nas suas palavras, não vou por em causa as suas palavras, mas o que disse é uma é uma coisa que me preocupa, que foram ali feitos um conjunto de despejos ilegais que ali foram depois nascendo ao longo dos tempos e isso preocupa-me porquê? Porque os senhores gerem a autarquia, rejeitam a minha proposta em relação à questão da videovigilância, rejeitam a minha proposta em relação à questão da Polícia Municipal, gerem a parte da fiscalização e depois dizem que aquilo nasceu porque houve uma incapacidade total de entidade que gere o território em fiscalizar como era sua ação, mas rejeitam os outros instrumentos que estão previstos na legislação, que estão ao nosso alcance, que são aplicados por um conjunto significativo de autarquias, mas não conseguem com os meios que têm, minimamente, impor respeito no seu próprio território e isto é muito preocupante quando quem tem a parte da fiscalização assume a sua incapacidade em relação ao cumprimento da lei, dos regulamentos e das posturas municipais no que diz respeito aos despejos ilegais com aquele volume que ali nasceu. Por último, mesmo para terminar, Sr. Presidente. Falar aqui do novo conceito de arte urbana, arte urbana feita com pinos. Isto é o Centro de Saúde de Santo André e agora temos um novo conceito que arte urbana feita com pinos, portanto, quem entra naquela artéria, reparem, 2 rotundas, uma mais pequenina, que podia estar maior, que já fi feita e refeita, um bocadinho mal planeada no início, senão não era preciso estar a fazer outra vez, mas que está a ser refeita, pago outra vez pelos mesmos de sempre que é quem paga impostos no concelho do Barreiro, seja IRS, seja IMI, ou seja outras taxas e outras tarifas ao nível do Barreiro, mas está agora a ser refeita, uma a montante e a rotunda da União que eu elogiei como necessária para o concelho do Barreiro com o objetivo de fluir o trânsito. Então numa artéria que é grande, que é larga, o que vamos fazer? Um impasse, para os autocarros feito com pinos, que vai fazer com que metade dos autocarros vão ficar na via pública, e como a faixa de rodagem foi encurtada, vai fazer com que haja ali garantidamente filas de carros atrás à espera que o autocarro possa largar ou apanhar os respetivos passageiros, e depois uma praça de táxis que é uma coisa que não lembra a

ninguém. Há táxis que não vão caber aqui e que vão ter que fazer manobras perigosas e desnecessárias depois temos de abrir a porta do condutor para o meio da faixa de rodagem para ele sair do carro e não sei como é que entram no táxi os respetivos clientes, porque temos 4 pilaretes do lado, donde é, teoricamente, para apanhar os respetivos clientes. Portanto, criar problemas, acabar com um conjunto de estacionamento que podia existir um bocadinho mais a montante, para lá da paragem, numa zona que tem alguma dificuldade de estacionamento, portanto, criar problemas, onde eles não existiam, gastar dinheiro onde ele não faz falta. Gastar mais tinta aqui nestas coisas todas, quando tantas passadeiras perto de escolas estão por pintar, um conjunto de prioridades, digamos que, no mínimo, muito, mas muito discutíveis, em relação àquilo que são os verdadeiros problemas do concelho e a realidade do concelho. Depois dizemos que não há dinheiro para tudo. Pois, se há para este tipo de obras de arte, como é que há-de haver para o resto. Portanto esta obra é desnecessária, esta obra é perigosa, esta obra vem criar problemas onde eles não existiam, esta obra vai ao contrário das outras rotundas que foram feitas a montantes criar aqui problemas em relação à circulação automóvel sem qualquer tipo de necessidade Eu não faço ideia quem é que no Barreiro anda a olhar para estas obras, mas, quando eu vejo ciclovias como aquela dos Fidalguinhos, quando eu vejo esta obra de arte feita com pins, quando penso no dinheiro dos contribuintes, porque daqui a um mês, para vocês estarem a alterar isto tudo ou os pins estarem todos no chão, depois nós voltamos a falar. Como eu disse que ia acontecer na passadeira nos Fidalguinhos, junto da Vida é Bela, e como aconteceu, passado bem pouco tempo, naquela escapatória que estava a ser feita e que visava a que a redução da velocidade dos carros ali, passado 2 meses, houve ali o primeiro de vários acidentes que levou aquilo tudo à frente. Aqui vai acontecer rigosamente a mesma coisa, toda a gente percebe isto. Mas não faz mal, os contribuintes cá estão para pagar mais pinos, a seguir para se pintar isto de novo outra vez, para se fazer e para se voltar a refazer. Não tem problema nenhum, são os contribuintes que pagam os impostos ao nível da Câmara Municipal e não sei se os mesmos contribuintes que escolheram vocês para governar e, portanto, é uma opção, naturalmente, das pessoas, mas não é minha.

O vereador Rui Braga no uso da sua palavra responde ao vereador Bruno Vitorino. Vereador, faltava essa do efetivamente trazer outra vez o assunto das redes sociais e do dinheiro dos contribuintes. Já lá vou. Só dizer que a questão das barracas ilegais e do post que leu, supostamente de uma pessoa que estava a fazer um comentário, e eu depois percebi quem foi a pessoa, mas essa pessoa também não mentiu, porque se aquilo que incomodou do post foi o esforço que o Sr. Rui Braga e este executivo fez para implementar aquilo que estava no terreno, isso é pura das verdades, e continuamos em cima deles para continuar todos os anos a fazer a mesma coisa. A Sra. vereadora Sofia está-se a rir, porque provavelmente, acompanhou este caso de perto e as reuniões que eu tive já depois de ele ter sido notificado pelo antigo executivo, portanto, também não mentiu. Não percebi aonde é que está a ofensa que o fez levantar e acionar aqui na reunião de câmara. Em relação às barracas também só muito telegraficamente, qual é a estratégia da câmara para resolver as barracas. As barracas que mencionou, tem infelizmente, no concelho do Barreiro, proprietários ou entidades que tem uma tutela sobre terreno, portanto, aquilo que diz aos barreirenses qual é a estratégia da Câmara e que a câmara já podia ter

resolvido isto há muito tempo, sabe bem que não é bem assim, sabe bem que a APL tem que fazer o seu papel, sabe que o Tesouro que tem que fazer o seu papel, e nós temos que fazer o nosso e temo-lo feito. Por isso, dizer estas coisas de, permitam-me aqui usar esta expressão, puramente eleitoralistas, para fazer passar uma mensagem lá fora de que nós não fazemos porque não queremos, não está certo porque o vereador sabe mais do que isto, e sabe que o problema das barracas que mencionou é um problema conjunto onde nós temos que fazer o nosso papel, é certo e temo-lo feito. Depois falar das obras de arte, vereador, obras de arte, sei que escreveu aberração e o dinheiro dos contribuintes, o faz e o refaz, isto também é um discurso fácil, um discurso popular, onde o objetivo é obviamente, muito claro aos olhos todos. Está-nos a querer atingir porque, se calhar, se fosse o senhor fazia, de forma diferente, mas tem que o fazer também com algum rigor. Começa por dizer que aquela rotunda mais pequena foi feita e agora foi refeita. Não vereador, nós retirámos a semaforização e colocámos 4 pins e sinalizámos, pintámos uma rotunda que tem um custo de produção, se calhar, na casa dos 80 euros, porque é o custo dos pins. Melhorámos e muito a circulação, de uma ideia criativa que está provado que resultou, e agora repavimentamos a Avenida, não refizemos rotunda nenhuma, repavimentamos e vamos recolocar os pins e as pinturas à volta para manter a rotunda em questões de segurança para que a mobilidade fique mais se fluída. Não gastamos dinheiro nenhum duas vezes, a rotunda foi colocada com pinos, foi pintada no chão, e agora foi repavimentada e vai voltar ao mesmo sítio. Não gastamos 2 vezes dinheiro do sítio. Em relação aos pinos que estava a falar, o Sr. vereador trouxe uma fotografia e mostrou e eu preparei-me bem para este caso e também trouxe uma fotografia para mostrar em relação à obra dos pinos. Aliás, trouxe duas, porque eu percebo vertigem da crítica fácil, e percebo como já o Sr. vereador, tem vindo aqui a demonstrar, é um seguidor acérrimo das redes sociais, eu faço esforço para me abstrair e daí compreender essa vertigem para a crítica fácil, e agora estamos em altura de eleições. Sr. vereador, o que nós estamos a fazer nesta obra que o senhor chamou de aberração, e que está só no início, certamente, porque viu uma fotografia no Facebook a sobre o tema, está enquadrada nisto: rede ciclável do Barreiro, estamos a executar este troço, que está aqui mais a amarelo, que o senhor votou favoravelmente, aliás, este plano foi aprovado por unanimidade na câmara, contou com o seu voto favorável e depois, como disse também Sr. vereador, eu tinha todo o gosto em explicar, nós temos uma relação pessoal, é recíproco, muito boa consigo, tenho-o em grande estima e acho que tem feito um bom trabalho, podia-me ter ligado e eu explicava-lhe. O que nós estamos a executar, é um projeto que já estava na câmara, uma intenção que agora passou para projeto e agora está a ser executado, da uma ciclovia que vai ligar ao Parque da cidade. A obra não está acabada, começou com prata da casa e está a começar com prata da casa. Quando eu o oiço, de uma forma, eu diria, popular, a criticar o projeto logo nos primeiros da linha. O Sr. vereador deve ter sido, de todas as suas prestaram fotografias sobre este assunto, o Sr. vereador foi atrás, foi no pelotão da frente a criticar o Executivo, de mais uma má opção, chamou-lhe aberração e eu quero que tenha noção de pelo menos de uma coisa: em caso de dúvida, eu tenho escolhido sempre quem me aconselha, quem projeta e quem executa. Os técnicos da Câmara Municipal do Barreiro desenharam este projeto, porque foi feito em casa. Cumpre todos os requisitos de segurança e cumpre uma ambição deste executivo que nem sequer cá estava porque este voto foi de 2015, para a implementar a ciclovia e aumentar os índices de segurança na Avenida, uma vez que a estávamos que estávamos a intervir, fazemos duas coisas numa

só e deixamos ali a ciclovia que vai ligar ao Parque da Cidade e aumentamos os níveis de segurança, as faixas reduziram vereador, reduziram, ficaram com 3 metros e meio cada uma, quer dizer com isto que está acima do limite mínimo numa faixa, mas reduzindo o tamanho das faixas de rodagem, não sou eu que o digo, aumentamos os níveis de segurança, porque reduzimos a velocidade dos carros que lá passam. São os técnicos que o dizem, não sou eu, portanto, eu quando aprovei o projeto com entusiasmo que vou não só requalificar a rua, mas como vou dar mais condições de segurança e vamos finalmente conseguir ligar esta ciclovia ao Parque da Cidade formando a maior ciclovia do concelho do Barreiro, com quase 4 quilómetros, que vai juntar à Avenida da Liberdade, para mim, isto é uma boa notícia, é muito boa notícia, porque tenho muito orgulho em poder ter dado o kick off nesta obra que ainda agora começou e o Sr. vereador, viu uma fotografia com um carro para lá do pino a tomou a conta de que lá estão as pessoas da câmara a fazer coisas sem jeito que tenha porque os pinos são uma aberração como chamou. Eu acho que é injusto para todos aqueles que pensaram nisto e para aquilo que vai acontecer aí. O táxi que falou, nós não criámos uma praça de táxis, nós regularizamos o táxi que tem uma licença emitida. Está um táxi com uma licença emitida ali naquele sitio e nós criámos o impasse para o táxi, assim como o impasse para o autocarro. E não, Sr. vereador, o autocarro não vai ficar metade de fora, obviamente, se forem 5 autocarros para a mesma paragem não há impasse que o valha, mas estas coisas tem regras, estas coisas têm medidas standard e mais uma vez, estas coisas são feitas com quem percebe da poda com as pessoas dos TCB, os nossos técnicos dos TCB que acompanharam esta pequena obra e o impasse que lá está feito, está feito com as medidas que garantem que no fluxo normal, não vão ficar autocarros com o rabo de fora, obviamente, se forem 3 ou 4, por coincidência de horários, é claro que vêm para a via pública, mas aí são questões normais. Querer usar isto, para a ganhar alguns votos, para que se possa dizer, se fosse eu fazia tudo, e mais grave, o Sr. vereador não está a por as coisas nesse ponto do se fosse eu faria melhor, está a pôr as coisas num patamar ainda mais sério que é, os contribuintes pagam, dou uma semana para aquilo estar desfeito. Sr. vereador, não é essa a confiança que devia ter nas opções do executivo, na minha opinião, temos levado a cabo muitas obras, temos melhorado muito o Barreiro, sempre em segurança e em artérias críticas da nossa cidade. Demos provas, que sabemos gerir obras e fiscalizar, e entenda, demos provas, não estou a falar de mim próprio, nem de nenhum político, estou a dizer que os técnicos da Câmara do Barreiro deram provas que podem fazer obras de grande monta com grande responsabilidade e conseguimos com isto mudar o perfil da cidade. Esta que estava a falar, que lhe chamou aberração, é algo que eu tenho muito orgulho em fazer parte da equipa que a pensou e que a está a executar.

O vereador Bruno Vitorino no uso da sua palavra, indica que será telegráfico para dizer duas coisas: A primeira é que, de facto, aquela obra é uma aberração, que fique claro que considero que aquilo é uma aberração, que não tem pés nem cabeça, que aquilo não vai resultar e que basta ter carta de condução olhar para aquilo e perceber. A outra questão que me trouxe aqui, foi o Sr. vereador dar a entender que, por nós termos aprovado um plano, estamos a aprovar projetos para a execução desse plano. Aquele projeto não passou em câmara, não me em vincula nada. Uma coisa é dizer, aprovámos uma rede ciclável há uns tempos e que têm determinados eixos e outra coisa é como é que se executem em concreto e isso

nunca passou em câmara, portanto, o Sr. vereador na sua intervenção, dá a entender que o vereador Bruno Vitorino que agora critica, aprovou um plano em 2015 e está vinculado ao projeto que o senhor ou os seus técnicos encontrem, não é, por mais aberração que o projeto represente e, portanto o projeto, reitero, não vai funcionar, é uma aberração, não tem qualquer sentido, vai pôr em perigo e vai criar problemas onde eles não existiam. O Sr. vereador dizia o mesmo em relação à rotunda no Lidl, o que se fez a seguir ao túnel, e os autocarros hoje em frente ao Partido Comunista, hoje fazem a curva quando vêm do centro do Barreiro para o Alto Seixalinho, fazem a curva da rotunda, metade do autocarro em contramão, os carros na outra via tem de parar. Eu alertei o Sr. vereador em relação a essa questão, o Sr. vereador disse que não é nada assim, está tudo ótimo, isto é feito por grandes técnicos, está tudo pensado e a correr às mil maravilhas e faz-se uma obra nova que obriga a que os autocarros tenham de parar e que os carros tenham de ter cuidado para não levarem com o autocarro em frente. Não faz o mínimo sentido numa obra nova, não é uma obra de adaptação em artérias pequenas da cidade que são obras novas.

Também dizer para terminar, senhor vereador, essa de dizer do vereador campeão das redes sociais do vereador que passa mais tempo a vender e a fazer propaganda, mais tempo do que a fazer a obra, faz a propaganda através de redes sociais, dizer que o senhor até nem muito a essas coisas, sabe qual é a minha diferença, Sr. vereador? É que primeiro, não tenho assessores a trabalhar comigo nas redes sociais, sou eu respondo aos munícipes e gosto de interagir com os munícipes e aprendo muito e recebo muitas críticas, muitos apores, muitas sugestões, muitos alertas em relação à gestão do concelho do Barreiro e vou continuar a fazer dessa mesma forma, mas sou eu, não é para fingir, não, é para ser fake, não é para me juntar a personalidade para fazer vídeos bonitos, é de facto, para ajudar com esse meu trabalho também aquilo que é o dia a dia da cidade, porque conheço mais dos cantos e recantos fora o que ando na rua no Barreiro também com os olhos, digamos assim, nesta interação com os munícipes. É um estranho hábito que eu tenho de responder às pessoas, responder aos mails que me mandam, responder às solicitações que me fazem, que estranho hábito deste vereador, quando normalmente não é esse o hábito que as pessoas estão, de facto, habituadas

O Sr. Presidente no uso da sua palavra menciona que quer deixar aqui três notas. Há uma questão que eu queria abordar até com maior profundidade, não o vou fazer agora, mas é uma questão que tem a ver com o que a Sra. vereadora Sofia perguntou sobre o estudo da AML. Eu concordo com aquilo que disse, é algo que eu já tinha pensado, algo que poderíamos inclusive discutir aqui. Eu queria-me alongar um pouquinho mais, não o quero fazer, mas não podemos perder esta oportunidade, só dando o ponto de situação, os técnicos estão a analisar. Três coisas muito telegráficas, primeiro Srs. Vereadores, as barracas dos Fidalguinhos, importante, acabou-se com elas e atualmente há uma cadência de limpeza que não mais, diria, não vai ser, nem pode ser realidade. Segunda questão que eu não me tenho pronunciado sobre isto, mas também sendo uma área que eu diretamente tenho na autarquia, que a área das finanças, não gosto de ouvir dizer que se desperdiça dinheiro dos contribuintes, certamente nem todas as opções são boas, mas pelo contrário também poderia dizer, hoje o Barreiro tem mais receitas, baixou-se impostos e executa mais obra, por isso, se a gente rentabilizar aquilo que é o dinheiro público, seja dos

contribuintes do Barreiro, seja dos contribuintes nacionais que contribuem via orçamento de estado, com as transferências para o Barreiro, eu diria que hoje o euro do contribuinte está muito mais rentabilizado, não é perfeito, não é perfeito! E aqui, permitam-me, não falo de aspirações, falo que conseguiu-se fazer. Certamente alguém fará melhor, mas isto conseguiu-se em ano de pandemia, que isso também é importante, cresceu receitas, diminui-se nos impostos e fez incomparavelmente mais obra, eu diria, que deixará pouco tempo para o vereador Rui Braga poder estar nas redes sociais. Última nota que é importante, eu há pouco não disse, que o vereador Bruno Vitorino fez a questão e eu esqueci-me de dizer e é importante, quando falou há pouco das barracas na zona da Torralta, é muito importante. O terreno é do Tesouro, há já entendimento feito com o Tesouro para todo esse terreno passar a autarquia e, inclusive já foi para publicação no Diário da República para no processo de descentralização todo esse terreno passar para a autarquia, inclusive, o bocado de terreno que vai até onde era a antiga linha do comboio que entra ali na recosta, até ali à zona da Ponte pedonal da recosta que também é do Tesouro e também vai passar para a posse da Câmara. Está-se neste momento, a finalizar a parte burocrática que é necessária, nomeadamente a avaliação do terreno para o projeto que será necessariamente um projeto de espaço público, independentemente de se ter ali também o estacionamento para dar suporte de algum tipo, mas será acima de tudo um projeto de espaço público complementando com a obra que se está a fazer na Av. Da Liberdade, complementando com a finalização do Polis. Essa transferência para o município está a ser finalizada e que não resta dúvida, é uma transferência que está a ser feita para, obviamente, limpar aquela zona frente de rio, das barracas que lá estão e que não podem estar e não tem que se ter medo disso. O primeiro ponto é a autarquia passar a ter jurisdição sobre o terreno e ter posse do terreno e esse está a ser finalizado, está naquele processo que é obrigatório pela lei fazer uma avaliação do terreno, e trazer para a posse da autarquia, um terreno que é um ativo tremendo de frente de rio que vai complementar depois com a Av. da Liberdade e com a obra do Polis dando aquela continuidade de intervenção de frente rio que é fundamental. Só queria deixar estas estas 3 notas. Srs. Vereadores, passamos agora para intervenção do público e depois entramos na nossa ordem do dia. Período de intervenção do público peço desculpa a quem esperou estes 10 minutos. Nós temos 3 inscrições, eu peço que inicie a intervenção o primeiro munícipe.

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -

Nos termos do disposto no art.º 49º nº 1 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, fixou o Sr. Presidente um período de intervenção aberto ao público, tendo-se verificado 3 inscrições:

O Município João Marques Brito, no uso da sua palavra, cumprimenta todos os presentes e refere que é a segunda vez que vem a reunião de câmara e espera não sair desiludido como na primeira vez. Na primeira vez que aqui vim o assunto era referente a obras mal feitas e que assim continuam na minha zona. Continuo a batalhar, é onde eu moro há 72 anos. Foram feitas, e eu vim cá por isso, foram feitas obras na 2 na Avenida 5 de Outubro. A obra foi bem feitinha, mas metade da rua não pertence à Câmara, penso eu. Deixaram 2 sarjetas, uma coberta com alcatrão e outra entupida. Até hoje, Segundo se consta,

no Tribunal entrou lá água e prontamente a Câmara pôs lá uma calha e esqueceram-se das nossas garagens, que pagamos impostos, o Tribunal não paga, onde entra água e as sarjetas continuam tapadas e com a chuvada que veio logo a seguir, na Rua 1º de Dezembro tínhamos que andar de botas com a água que vinha de cima.

Segunda, continuo sem perceber porque é que o buraco onde eu no ano passado, no dia 6 de Junho, cai e a proteção civil, isto era um domingo, disse-me para eu chamar os bombeiros e a policia e faziam o auto e eu disse que era para virem proteger o buraco e responderam-me que não tinham ninguém porque era um domingo e o buraco continua, não com 30 cm mas com 1 metro, há um ano e dezasseis dias.

Outro caso, desratização, eu continuo com o mesmo problema, a minha mãe com 96 anos que não vê, temos uma cadelinha que quando vai à rua, a porta fica aberta e esta noite fui dar com mais uma rata lá em casa. Eu, pedi há tempos à vereação da Câmara, foram impecáveis, inclusive até vi o senhor lá chegar e a escrever no telemóvel, tirou umas fotos e não fez nada. Deve ser eletrónico, que é por ali o carro e elas fogem. Continuo a dizer, falta de fiscalização. Não há! Mas se eu for aos cafés, há lá muita. A minha vizinha que foi multada, porque tinha lixo lá fora. De resto, a fiscalização anda é nas tabernas e nos cafés, posso provar se alguém quiser, atualmente não tenho medo de dizer que o posso provar.

A outra questão é limpeza, eu não percebo, como é que uma Câmara que diz que faz isto e faz aquilo, está a pagar para uns senhores irem lavar a Av. de Santa Maria com uma mangueirinha e não se pode passar por baixo do Tribunal. Porquê? Fiscalização, Câmara, Tribunal e também as pessoas que lá fazem, mas continua, alias, agora nem se lá passa porque se continua a não ver nada por causa daquela aberração dos candeeiros que lá estão. Com o mesmo dinheiro que puseram as lâmpadas lá fora punham lá, eu tenho medo de lá passar!

Estas e outras, é o buraco, a limpeza, os ratos, provavelmente quanto aos ratos vou lá por uma ratoeira e por mês deve ter sete ou oito ratos, de certeza absoluta., por uma obra que a Câmara lá fez e não acabou. Deixou lá aquilo tudo, foram lá partir e até hoje. Isto já foi há muitos anos, mas também há muitos anos que agente fala. Se o Sr. Presidente ou alguém lá for, vê. Eles não saem do esgoto, saem debaixo das varandas, das caixas que a Câmara abriu e não fechou. É o bloco C. É só olhar para aquilo e os outros atrás estão bem. Não sei se as pessoas eram de um partido e nos outros não, eu não gosto muito de falar em partidos, mas parece-me que é isso. É realmente isso a desinfestação dos ratos. Não se pode estar ali com os ratos. Das baratas nem falo porque é de todos os lados, mas os ratos saem das fossas que não estão tapadas e que não é da responsabilidade de mais ninguém senão da Câmara e depois estarem sentados no carro ao telemóvel e tirarem fotografias. Eu tirei fotografias às caixas todas pintadas, mas ninguém me respondeu a isso. Se não fosse eu a ligar ao vereador João Pintassilgo, aquilo ainda hoje estava assim. Isto porque não há fiscalização, porque a câmara não anda atrás de quem anda a pagar. As sargetas foram tapadas porque ninguém foi lá ver que haviam sargetas, a rua não está pintada porque ninguém foi lá pintar. Isto custa-me não pelo partido, mas porque sou Barreirense, porque sou Camarro. Não tenho mais nada. Fiz-lhe chegar um email com isto a ver se fazem alguma coisa.

O Múncipe Sr. Almiro Pereira Bastos, no uso da sua palavra agradece e informa que é a primeira vez que vem a uma reunião de câmara. Vim da província para o Barreiro e conheço a Quinta da Lomba desde

pequeno e fiz a minha casa em frente ao Centro de Saúde. Venho aqui reforçar que é uma aberração como está a Rua Jornal Heraldo. Ele construiu ali a minha casa, 250 metros, com dinheiro emprestado. Eu dei para o passeio 2.23 para o passeio e calcetei o passeio em frente à minha casa. Sempre lá vivi em paz até agora. Meto o meu carro na garagem, mas tenho lá dois inquilinos que tem carro e lá ao lado há outro senhor que tem dois carros e onde é que eles vão estacionar os carros agora como está aquela rua? Eu gostava que compreendessem a situação das pessoas que lá moram. Taparam uma passadeira em frente ao Centro de Saúde e eu chamei à atenção que andam ali pessoas deficientes, idosos e com cadeira de rodas e é certo que a passadeira lá não está e as pessoas tem que dar a volta à rua para atravessar para o Centro de Saúde onde milhares de pessoas passam ali diariamente e estas pessoas não vão só de autocarro, mas também vão nos carros e onde os põem? Tenho fotografias dos carros todos em cima do passeio. Eu não queria que pusessem os pinos no passeio, é uma aberração. Eu já meti uma carta no correio, hoje, uma carta registada. Eu já tenho 83 anos, saio da porta e vejo aquilo e fico magoado. Ontem saí de casa para ir dar uma caminhada, às 6.30 horas e estava o taxista encostado ao carro dele, fora do sítio dele, com as mãos na cabeça e eu achei graça à situação e fui falar com ele e disse-lhe que ele não estava bem ali, que ali não era o sítio do táxi e ele respondeu-me que sim, que não estava e lá ficou. Depois de almoço quando vim à janela já estava lá marcado o lugar do táxi.

Eu não vim aqui fazer guerras e só tenho que dar elogios à Câmara que está hoje a funcionar, por tudo aquilo que tem feito, mas aquilo que tem que ser visto. Faço das palavras deste senhor, que eu não conheço, mas tudo o que ele disse é o que eu sinto. Na primeira rotunda, eu vi com os meus olhos, o autocarro fez duas manobras para não bater nos pinos. Em vez de alargarem o cruzamento afunilaram. Para quê? O Sr. presidente vai receber hoje uma carta que enviei registada. Nunca consegui falar com o Sr. presidente e nunca foi possível, fui à Junta de Freguesia e aconteceu-me a mesma coisa, não consegui falar com o Sr. Presidente de Junta e já fui lá quatro vezes, como me viram irritado lá me levaram a falar com o Sr. presidente da Junta e contei-lhe a minha situação e fui aconselhado a vir à reunião de câmara e vim inscrever-me.

Sr. vereador, pense naquilo e retire aquela aberração que lá foi feita. Sr. presidente, os moradores que lá moram não têm nada a ver com a ciclovia, são pessoas já de idade, merecem respeito, temos que olhar pelos utentes do Centro de Saúde e temos que fazer o melhor. Parabéns pelo trabalho deste grupo que fez um trabalho impecável, mas há estes espinhos que tem que ser limados.

O Sr. presidente no uso da sua palavra agradece a presença do Sr. Almiro e informa que as reuniões de câmara são sempre à primeira e terceira quarta-feira de cada mês e que por causa da pandemia se estão a realizar na biblioteca. Informa também que o vereador Rui Braga dará as respostas após a intervenção do terceiro munícipe inscrito, o Sr. Vitor a quem passa a palavra.

O munícipe Sr. Vitor de Almeida, no uso da sua palavra, informa que não tem vindo às reuniões de Câmara por causa da pandemia. O que tenho para dizer é: venho pedir à Câmara do Barreiro que vá à Telha Velha porque quando há lá festas esta rua fica tapada e impede a passagem de uma ambulância ou de um carro de bombeiros. Eu estou ali a viver nas casas velhas e estou cheio de medo. Peço à Câmara

que ponha lá uns sinais de proibição de entrar na rua. Em Segundo, é a respeito do poste que está na Av. dos Fuzileiros que está torto, está inseguro e se cai mata alguém. Já lá está assim há muito tempo. Agora vou dar uma surpresa, agora sou o porta-voz do Lidl em Santo André porque me custa muito ver as pessoas a dar cabo da jardinagem com os seus cães grandes e o Lidl disse-me que quando assim fosse para chamar a PSP. Eu gostava de ver a minha vila toda limpa, infelizmente isso não acontece. Há pessoas que em vez de porem o lixo dentro dos contentores põem fora e os animais depois vão lá e espalham.

O vereador Rui Braga no uso da sua palavra responde às intervenções dos munícipes. Bem, antes de mais, quero desejar-vos as boas vindas e dizer que estive a ouvi-los com a atenção que merecem e aqui em relação ao Sr. João, dizer-lhe que tomei nota da daquilo que estava a falar sobre a Avenida 5 de Outubro e os problemas que aí aqui colocou. Eu acho que eu acho que é errado, e permita-me aqui só esta opinião, dizermos que não se faz isto ou aquilo, porque somos deste ou daquele partido, portanto, eu acho que a Câmara Municipal não funciona assim e que não se escolhe, estas coisas não existem, acho que é um mito urbano e todas as pessoas, eventualmente poderão pensar isso, mas não é de todo o modus operandi, a forma de operar, dos profissionais desta casa, e muito menos instruções do executivo, portanto, eu acho que isso não é de certa forma justo, nós, ou pelo menos eu não rebater isso, porque não é isso que sinto, não se faz nenhum tipo de obra, porque se é do partido A ou do partido B e, portanto, isso não existe. Em relação às sargetas que estão tapadas em relação a erros de fiscalização, pois bem, é normal, ainda bem que nos traz aqui, é neste conjunto, entre cidadãos e quem está a executar que tem que corrigir aquilo que tem que ser corrigido. Se me diz que não devia ter sido feito assim logo desde o início, pois não posso concordar mais consigo, é evidente que sim, mas estamos cá, e quero que acredite nisto, para resolver problemas e para ir falando. A falta de comunicação da Câmara também tem sido um problema, eu não tenho conhecimento, alias, eu estava a falar com o diretor do departamento tem a responsabilidade de originar a que os operacionais saiam para a rua com esse plano de trabalhos e as reclamações que estão identificadas por nós, na Avenida 5 de Outubro, só mesmo uma do tribunal e nós fomos ao tribunal, tentámos encontrar uma solução e não temos mais registo nenhum de nenhuma outra reclamação. Não estou a dizer que não o fez, mas o departamento não tem conhecimento. Tivemos conhecimento agora e certamente, nós vamos procurar melhor a sua reclamação e vamos dar resposta, sem dúvida, dentro das nossas possibilidades. A rua vai ser pintada aliás, a pintura nos pavimentos no Barreiro, já algum tempo que é feito, internamente, temos uma equipa diariamente na rua a pintar passadeiras e eixos de via. O trabalho é gigante, optámos por capacitar as equipas da Câmara, em vez de contratarmos fora e termos um contrato externo para pintar, foi uma opção política, eu acho que tem dado resultado, temos feito muita coisa. Certamente aqui está a falhar, não estou a pôr isso em causa, mas vai chegar o tempo em que nós lá vamos pintar, porque temos elencado um conjunto de necessidades no Barreiro, penso que estão bem elencadas para que se possa proceder todas essas pinturas, assim como da passadeira, que o Sr. Almiro estava a falar, que foi retirada em frente ao centro de saúde., ela existe no projeto é para ser pintada. Foi tapada com a repavimentação, foi retirada com as obras, e vai ser colocada, não desapareceu, desapareceu temporariamente, mas não saiu do plano rodoviário, vai ser colocada ali na mesma. Sr. Almiro deixe-me dizer que também estive a ouvi-lo com muita atenção e penso

que o entendi. A zona onde mora, a sua localização, tem sido uma zona onde o executivo depositou muita atenção. Aliás, nós temos investido bastante na requalificação das vias, no melhoramento da rua principal Quinta da Lomba, ali em frente à escola de Santo André está completamente nova, eu penso que a zona em si tem vindo a ser melhorada, com dois objetivos, o objetivo de melhorar a mobilidade, portanto, retiramos aqueles dois semáforos, aqueles dois cruzamentos que tínhamos, eu penso que melhorámos muito a mobilidade no espaço. Aliás, os moradores sentiram isto a partir do momento em que nós retirámos a semaforização junto à escola que fazia pouco sentido e também onde está agora a rotunda da União, eu penso que só por isso, a mobilidade no espaço melhorou bastante e depois de termos tido uma estratégia, de reperfilar as avenidas, para lhe dar mais passeio, para dar uma mais vivência e também para incluir aquilo que nós chamamos o modo de mobilidade suave, as ciclovias. A ciclovia que vai ser desenhada, e que eu já percebi, que o Sr. Almiro não é lá muito concordante, mas eu gostava que tivesse um pouquinho mais de confiança, porque a ciclovia faz falta aos barreirenses, faz falta que nós consigamos ligar a o trajeto em bicicleta, até ao Parque da cidade para proporcionar mais qualidade de vida a todos, não só para quem anda de bicicleta, mas para quem faz o seu passeio. O Sr. Almiro vai poder usar aquele espaço para chegar quase aos barcos com condições de segurança diferentes, porque vai ser um espaço dedicado para bicicletas e para peões. Portanto, eu acho que nós vamos requalificar, e o espaço vai ficar a certamente melhorado. Concordo consigo, que no primeiro dia de obras, que o senhor está de frente à obra, pelo que eu me apercebi, alias, com esta confusão das redes sociais, aquilo pareça um bocado desconchavado, pusermos ali os pinos, isto vai ser a obra. O pavimento vai ser pintado, os passeios vão ter intervenção, a obra no seu resultado final vai melhorar sem dúvida a Avenida, vai contribuir para que mais pessoas venham a pé para as ruas e que usufruam dos passos. Esta é a nossa intensão quando intervimos no espaço. O senhor do táxi tem o espaço, não estou a dizer que a dada as dimensões do veículo, não podemos adaptar o tamanho da praça de táxis, claro que sim, se tivermos alguma coisa que corrigir, temos que a fazer, aliás, não há outra forma. Eu tomei nota daquilo que nos disse, porque é importante ir lá ver outra vez, com outros olhos, como está a dizer. E com este imput seu, é melhor, com essa dica do seu lado, melhor, mas o táxi está lá para servir também o Centro de saúde, para receber clientes que vêm do Centro de saúde, e para os trazer, está muito perto do Centro de saúde, o autocarro está lá muito perto do Centro de saúde com todas as condições para trazer e levar pessoas fora do espaço que tinha que chegar ao Centro de saúde, e vamos também poder chegar de bicicleta e chegar a andar com outro tipo de qualidade. Eu pedia-lhe o voto de confiança, e que acompanhe a obra, porque eu também vou andar, que o resultado final do melhoramento que estamos a fazer da Avenida vai ser para melhor e não para pior e que não se trata de uma aberração, trata-se de um projeto que tem esta intenção de melhorar o espaço. Era isto que eu tinha que eu tinha para dizer.

O Sr. Presidente no uso da sua palavra, deixa uma nota ao Sr João Brito. Fui ver ao meu email e lembrome da situação quando falou com o vereador Pintassilgo porque ele comentou comigo. Só dizer como complementar que nós vamos fazer, salvo erro, com o início amanhã ou sexta-feira, vai-se prolongar pelo período de uma semana, em todo o Barreiro, uma ação forte de desinfestação em condutas. Se procurar o site da autarquia, está o plano. A desinfestação não é as ruas, é em vias principais que depois, o produto

tem um efeito garante, independentemente disso, você falou de uma coisa que eu lhe peço, nós temos contratado um serviço quando há reclamação, às vezes coisas pontuais que acontecem, como fez com o também com o vereador, para lá ir e se vir que não foi, porque é um serviço contratado, dê-nos logo esse feedback porque a apreciação geral que temos tido, é que o serviço é bom, o que não quer dizer que não haja falhas, como em tudo na vida e aí agradeço, porque quando avançamos para este tipo de contratação, para além destas ações, como está agora previsto, ações calendarizadas nas grandes condutas, que depois o próprio produto vai nas condutas, é um produto diferente desse que é das ações pontuais, quando fizemos esta contratação para ações pontuais, temos tido um bom feedback mas sempre que registar, e estou-lhe a dizer para si e para quem nos estiver a ouvir, ficar com esta ideia, diga-nos para fazer-mos a devida reclamação com o serviço contratado. Quando falou do vereador, lembro-me que o vereador falou comigo sobre a situação.

Agradeço-vos aos três por terem vindo cá apresentar também as vossas questões.

Sobre as questões que o Sr. Victor colocou, nomeadamente do poste, eu sei que já foi reportada à EDP O que nos foi transmitido, estou a tentar citar de cabeça, às vezes corremos o risco de falhar, é que apresenta estabilidade, mas, obviamente, tem que ser endireitado, não é isso que está em causa, e que terá sido um toque de alguém, isso não conseguimos identificar, terá sido o toque de alguém ali a passar o que infelizmente, vai acontecendo, quando aconteça, pelo menos que ninguém, nomeadamente, quem deu o toque tenha tido consequências diretas e depois há que fazer esse trabalho também de fazer a reposição

Srs. Vereadores, agradecendo a vossa intervenção, passamos à ordem do dia.

- ORDEM DO DIA -

1. ADITAMENTO À ESCRITURA DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E CONCESSÃO DE ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS – ILHA DO PARQUE

PROPOSTA RETIRADA

2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA

Considerando os documentos anexos e que se dão por reproduzidos na presente proposta, bem como o disposto na alínea i) do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com as disposições das Normas de Contabilidade Pública expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, propõe-se:

1. Que a Câmara Municipal aprove os documentos de prestação de contas consolidadas entre a Câmara Municipal do Barreiro e os Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro,

compostos pelo relatório de gestão, demonstrações financeiras consolidadas, demonstrações orçamentais consolidadas e outra informação considerada relevante;

2. Que após esta aprovação, os documentos sejam remetidos à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação de acordo com o artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 51 / 2018 de 16 de agosto conjugada com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n. 75/2013 de 12 de setembro.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **MAIORIA, com 5 votos a favor do PS e PSD e 4 votos contra da CDU** que passou a integrar a **Deliberação nº 217/2021**

3. **DEVOLUÇÃO DA TAXA DE VISTORIA TÉCNICA LIQUIDADADA EM SEDE DO PROCESSO RE/2020/129, REFERENTE AO IMÓVEL SITO NA QUINTA DA AMOREIRA, GRUPO 1, N.º 3, UNIÃO DAS FREGUESIAS DO ALTO SEIXALINHO, SANTO ANDRÉ E VERDERENA, ALTO SEIXALINHO**

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere sobre a devolução da taxa liquidada através da guia de receita n.º 2059/2020, de 12 de outubro de 2020, no valor de € 49,47 (*quarenta e nove euros e quarenta e sete cêntimos*).

Considerando que:

1. Através da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, foi aprovado o “Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais”, atualmente, na redação conferida pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro, a qual regula as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais;
2. Nos termos do disposto no artigo 3.º do diploma legal *supracitado* “*as taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares (...)*”;
3. As taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular, nos termos consignados na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do referido diploma legal;
4. As taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respetivo, estabelecendo o regulamento em apreço as regras relativas à liquidação e cobrança daqueles tributos, conforme preveem os artigos 8.º e 10.º do aludido diploma legal;
5. Dispõe o n.º 4 do artigo 14.º do citado Regulamento que, quando ocorra erro de cobrança por excesso, deverá o Município do Barreiro, independentemente da reclamação do interessado, promover, de imediato, a restituição da quantia cobrada a mais, nos termos da legislação em vigor;

6. Através do requerimento registado na CMB sob o n.º 33251, de 22 de setembro de 2020, vem o requerente do processo RE/2020/129, solicitar a realização de vistoria ao imóvel sito na morada mencionada em assunto, no sentido de averiguar as condições necessárias e obrigatórias que garantam a salvaguarda e segurança do mesmo, bem como dos seus residentes, face a anomalias existentes.
7. Todavia, após contacto telefónico do Técnico com o requerente concluiu-se que houve um lapso e que o tipo de vistoria solicitado não é o indicado para a pretensão desejada a qual era forçar o proprietário do imóvel a proceder á reparação da cobertura, tendo sido informado o mesmo que deveria instruir um procedimento de Obra Intimada, adequado à situação reclamada.
8. Face ao exposto, deverá a taxa liquidada ser restituída ao particular, porquanto não foi realizada a vistoria em causa, ao abrigo da disposição legal citada nos parágrafos anteriores;
9. A fundamentação de facto consta na informação n.º 6230/2021-DF, a qual faz parte integrante da presente proposta.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 218/2021**

4. **EM-17-19 - EMPREITADA DE “CONCLUSÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO DA VERDERENA – 2 FASE” – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 186/21 - APROVAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS NO VALOR DE 16.762,56€ - APROVAÇÃO DA NOVA CONTA FINAL**

Tendo em consideração todo o teor e fundamentação descrita na informação técnica nº 8778 da DOME, datada de 04 de junho de 2021, que faz parte integrante desta proposta, proponho:

- a) A aprovação da retificação de trabalhos a menos no valor 16.762,56€, referentes a trabalhos de projeto.
- b) A aprovação da nova conta final da empreitada onde estão referidos todos os valores de execução técnica e financeira da obra.
- c) Quer seja dado conhecimento ao empreiteiro e empresa de fiscalização;

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 219/2021**

5. **RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 298/2021, RELATIVO À APROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE TRABALHO NO FERIADO, DIA 10 DE JUNHO DE 2021 - EMPREITADA DE REFORMULAÇÃO DA MOBILIDADE E ESPAÇO PÚBLICO NA AV. DA LIBERDADE**

Tendo em consideração toda a fundamentação explanada na informação técnica nº 8873, da Divisão de Obras, Estudos e Empreitadas, foi elaborado o meu despacho nº 298, de 07 de junho de 2021, onde determinei:

- Que fosse aprovada a realização de trabalho, no feriado dia 10 de junho de 2021, com o seguinte horário:
 - Das 7 horas às 18 horas
- Que fosse notificada a empresa adjudicatária e a empresa de fiscalização.

Nesta conformidade, submeto o meu despacho ao mecanismo de ratificação, na presente Reunião do Órgão Executivo, em cumprimento do que se encontra disposto no nº3, do artigo 35º do anexo I à Lei 75/13, de 12 de setembro, uma vez que se encontram preenchidos todos os pressupostos de facto e de direito que se encontram previstos nesta disposição legal

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **MAIORIA, 4 votos a favor PS, 4 votos contra CDU, 1 abstenção do PSD e voto de qualidade do Sr. Presidente** que passou a integrar a **Deliberação nº 220/2021**

6. EMPREITADA REFORMULAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA E ESPAÇO PÚBLICO NA AV. DA LIBERDADE – APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES E TRABALHOS A MENOS

Tendo em consideração todo o teor e fundamentação descrita na informação técnica nº 9024, da DOME, datada de 09 de junho 2021, que fazem parte integrante desta proposta, proponho:

- a) Aprovação de trabalhos complementares 63.168,49€;
- b) Aprovação trabalhos a menos no valor de 15.936,08€;
- c) Que se comunique à empresa adjudicatária e da fiscalização, a aprovação do mesmo.

Mais informo que, o compromisso financeiro para a Câmara resulta no valor de 47.232,41€, ao qual acresce de IVA, encontrando-se a obra incluída no Plano Plurianual de Atividades, devendo a rubrica ser reforçada na verba prevista para 2021, com a classificação orçamental 03.04.07.01.04.99 e GOP 05.001.2016/10.2.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **MAIORIA com 5 votos a favor PS e PSD e 4 abstenções da CDU** que passou a integrar a **Deliberação nº 221/2021**

7. GALARDÃO BARREIRO RECONHECIDO

Tendo em conta o disposto no artigo 5º Capítulo II, do Regulamento de Atribuição de Condecorações do Município do Barreiro, proponho que sejam aprovados os Galardões "Barreiro Reconhecido" constantes da presente proposta, sendo:

- Na Cultura, Desporto, Educação e Ciência:

Ephemera

- No Associativismo, Intervenção Social e Multiculturalidade:

João Feijão (Frater)

- Na Luta pela Liberdade, Democracia e Cidadania:

Escola de Fuzileiros

- No Trabalho e Desenvolvimento Económico:

SCH Helvética

Os mesmos serão atribuídos em Cerimónia Pública (com transmissão online em virtude das contingências do COVID19) integrada nas Comemorações do Dia da Cidade, que terá lugar no dia 28 de junho de 2021.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 222/2021**

8. BEBÉ DA CIDADE

A Câmara Municipal do Barreiro promove este ano, como habitualmente, um programa comemorativo do Aniversário de Elevação do Barreiro a Cidade, com as devidas contingências resultantes da pandemia do COVID19. Nesta sede, e como é usual, tem lugar a iniciativa denominada “Bebé da Cidade”.

Em face ao exposto,

Propõe-se que o Executivo Municipal delibere:

Aprovar a presente proposta procedendo à entrega de uma lembrança simbólica ao primeiro bebé nascido após as 00h00 horas do dia 28 de junho de 2021, **cujos pais sejam residentes no Concelho do Barreiro**. Esta entrega terá lugar nas instalações do Centro Hospitalar Barreiro – Montijo EPE – Hospital Nossa Senhora do Rosário.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 223/2021**

9. 6ª PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA “REDE DE DRENAGEM DOMÉSTICA DO BAIRRO DA LIBERDADE, FONTE DO FETO E QUINTA DOS CARVALHOS”

Considerando:

- i) a pretensão da firma adjudicatária em prorrogar o prazo para a conclusão da empreitada em epigrafe, anexo à proposta;
- ii) a informação técnica nº 046/2021 de 31 de maio e respetivos anexos, do GEP, que fazem parte integrante da presente proposta;

iii) que a não conclusão da obra, poderá ser mais prejudicial ao interesse público do que a prorrogação graciosa;

iv) que a presente prorrogação não trará encargos adicionais para o município;

Assim, a bem do interesse público, em consonância com o previsto na alínea b) do artigo 312º e de acordo com o n.º 2 do Artigo 311.º ambos do Código dos Contratos Públicos,

Propõe-se:

- a) A prorrogação do prazo da empreitada em epígrafe em 60 dias;
- b) A aprovação da minuta de contrato para a presente prorrogação.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **MAIORIA** com 5 votos a favor PS e PSD e 4 abstenções da CDU, que passou a integrar a **Deliberação nº 224/2021**

10. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CINE CLUBE DO BARREIRO – 3ª MOSTRA DE CINEMA DA CIDADE DO BARREIRO

O Cine Clube do Barreiro tem sido uma associação marcante na vida cultural do concelho ao longo dos tempos através da sua profunda ligação à promoção e divulgação da 7ª Arte.

Este ano, realiza a 3ª Mostra de Cinema da Cidade do Barreiro, uma parceria entre a Escola Profissional Bento Jesus Caraça e o Cine Clube do Barreiro. Esta edição irá decorrer durante o mês de junho para a comunidade educativa (no Auditório Municipal Augusto Cabrita) com duas exhibições durante três dias e para o público em geral (no Cine Clube), com uma exibição por filme. Uma vez mais a mostra debruça-se sobre vários temas que se relacionam com a Igualdade de Género, como a discriminação, o preconceito, a exclusão social e os direitos humanos.

Assim, e de acordo com a alínea u) do nº 1, do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, propõe-se que seja atribuído um subsídio de 700€ (setecentos euros) ao Cine Clube do Barreiro, de modo a colmatar as despesas referentes a despesas de aluguer de filmes e licenças.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 225/2021**

11. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO INSTITUTO DOS FERROVIÁRIOS, CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTO ANDRÉ “CASA DOS RAPAZES” E RESIDÊNCIA DE JOVENS – RUMO PARA APOIO A ATIVIDADES A DINAMIZAR NAS VALÊNCIAS DE LAR DE CRIANÇAS E JOVENS

Dando a autarquia valor ao trabalho realizado pelo Instituto dos Ferroviários, Centro Social e Paroquial de Santo André “Casa dos Rapazes” e Residência de Jovens – Rumo nas valências de lar de crianças e jovens. Entidades estas que por razões disfuncionais das famílias e mesmo na sua ausência se substituem às mesmas e, que através de um trabalho organizado tentam proporcionar estruturas de vida o mais aproximado às das famílias, tendo como objetivo o seu desenvolvimento e a sua futura integração social. Neste âmbito pretende-se atribuir a cada uma destas entidades um valor de 700 € (setecentos euros) para a realização de passeios coletivos de índole cultural, recreativo e de convívio, em articulação com a Divisão de Intervenção Social, Igualdade, Saúde e Habitação.

Assim propõe-se de acordo com a alínea u) do nº 1 do art.º 33 da Lei 76/2013 de 12 de setembro a atribuição de um plafond de 700 € (setecentos euros) a cada uma destas instituições, pretendendo-se proporcionar às crianças e jovens momentos de lazer e convívio.

As Instituições são as que estão designadas abaixo:

- Instituto dos Ferroviários – (C.C – 03114812)
- Centro social e Paroquial de Santo André “Casa dos Rapazes” – (C.C-03104812)
- Residência de Jovens - RUMO – (CC-03117432)

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 226/2021**

12. APOIO A REQUALIFICAÇÃO DA RAMPA MINI HALF PIPE – GASOLINE, ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA

A Gasoline, Associação Cultural e Desportiva desenvolve um trabalho meritório há vários anos e, é hoje, uma referência no concelho e na região. Desenvolve o seu trabalho em áreas dos desportos deslizantes e fá-lo com grande empenho e de forma pioneira.

A existência de uma Rampa Mini Half Pipe na Avenida Bento Gonçalves, é um dos exemplos deste empenho e que proporciona a prática desportiva informal aos munícipes que frequentam aquele espaço. Fruto do seu uso, é necessária a requalificação desta rampa.

A proprietária da Rampa Mini Half Pipe, Gasoline – Associação Cultural e Desportiva, comprometeu-se a efetuar o trabalho de requalificação, solicitando apoio no valor de 5.700,00€ (ver anexo I) para os materiais necessários (madeiras apropriadas para aquela utilização e exposição ao ar livre).

Assim, dada a importância do trabalho desenvolvido pela GASOLINE em prol do desenvolvimento das modalidades deslizantes, a pertinência do trabalho de cariz social que leva a cabo e a certeza de que o novo espaço lhe vai permitir chegar com melhores condições a mais munícipes, propõe-se, de acordo com a alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro “Promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social,

cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças”, a atribuição de subsídio de 5.700,00€ à GASOLINE.

Esta verba tem cabimento nas rubricas 06.006.2007/105 das GOP e 0602.0805010801 do Orçamento.

Valor: 5.700,00€

Centro de Custos: 0311071

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 227/2021**

13. APOIO PARA A SUBSTITUIÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO NA ACADEMIA DE FUTEBOL – FUTEBOL CLUBE BARREIRENSE

O Futebol Clube Barreirense desenvolve um trabalho meritório há vários anos e, é hoje, uma referência no desporto nacional em diversas modalidades. Especificamente no futebol é um clube que formou e continua a formar atletas de nível internacional, para além das cerca de cinco centenas de atletas que praticam futebol atualmente nesta associação.

As atividades desenvolvidas por esta entidade percorrem todos os escalões do futebol, sendo inclusive o único clube do concelho que promove a prática na vertente feminina, com uma representação muito significativa em todos os escalões.

O Futebol Clube Barreirense, possui um espaço, denominado Academia de Futebol, que tem um relvado sintético com dimensões aproximadas de 60mx45m, o qual revela um desgaste muito acentuado e que atualmente não oferece condições de segurança e conforto aos praticantes, sendo que a única solução será a sua substituição, com um custo estimado de 20.000,00€ (ver anexo I).

O clube solicitou o apoio do Município do Barreiro para a comparticipação no valor da substituição.

Assim, dada a importância do trabalho desenvolvido pela Futebol Clube Barreirense em prol do desenvolvimento do futebol, a pertinência do trabalho de cariz social que leva a cabo e a certeza de que o novo espaço lhe vai permitir chegar com melhores condições a mais munícipes, propõe-se, de acordo com a alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro “*Promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças*”, a atribuição de subsídio de 20.000,00€ ao Futebol Clube Barreirense.

Esta verba tem cabimento nas rubricas 06.006.2007/105 das GOP e 0602.0805010801 do Orçamento.

Valor: 20.000,00€

Centro de Custos: 03110221

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 228/2021**

14. VOTO DE PESAR - MARIA ELISA ESTEVES

PROPOSTA RETIRADA

15. VOTO DE PESAR – ADELINO AUGUSTO GRAÇA BARBOSA BARROS – NENO

Faleceu Adelino Augusto Graça Barbosa Barros, conhecido no mundo do futebol por “Neno”.

Natural de Cabo Verde, cedo criou raízes no Barreiro, iniciando a prática do futebol no Santoantoniense Futebol Clube. Foi depois no Futebol Clube Barreirense que “Neno” se destacou como guarda-redes e despertou o interesse de grandes clubes nacionais, sendo transferido para o Vitória Sport Clube. Mais tarde representou o Sport Lisboa e Benfica, o Vitória Futebol Clube, terminando a brilhante carreira no Vitória Sport Clube.

Ao longo do seu percurso desportivo teve oportunidade de vestir a camisola da seleção nacional por nove ocasiões.

Para além das suas qualidades futebolísticas, Neno, foi sempre um desportista de grande destaque pelas suas qualidades humanas, granjeando grande admiração no mundo do futebol.

Ficou também célebre por ter uma dedicação especial à música, chegando a lançar um álbum em 1996.

Atualmente, Neno, exercia a sua atividade profissional no Vitória Sport Clube, como elemento da estrutura do futebol.

A Câmara Municipal do Barreiro, em Reunião Pública, de 16 de junho, manifesta sentido pesar pelo falecimento de Adelino Augusto Graça Barbosa Barros e apresenta condolências à sua família e amigos.

Este Voto de Pesar, depois de aprovado, deverá ser remetido para a Divisão de Comunicação, Relações-Públicas e Protocolo para divulgação no site do Município do Barreiro e para a Divisão Jurídica e de Administração Geral para envio à família.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 229/2021**

16. ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1/19

A firma IJMC-GROUP, Lda, titular do alvará de loteamento nº 1/2019, denominado por Lugar da Paiva, vem requerer junto do Município a alteração do mesmo.

A alteração em questão incide unicamente, sobre o prédio urbano (lote 2) do referido Alvará de Loteamento, traduzindo-se no acréscimo do número de fogos, passando de 3 para 6 fogos máximo. De acordo com a informação da DGRRUL nº 8655/2021, de 01/06/2021, que faz parte integrante da presente proposta, este pedido de alteração não acarreta:

- Aumento da área bruta de construção máxima (mantém-se nos 940 m2);
- Alteração no número de pisos (mantém-se os 4 pisos mais cave para estacionamento);

Por outro lado, considera-se que este acréscimo de fogos é viável do ponto de vista urbanístico, não existindo quaisquer impedimentos que inviabilizem o solicitado pelo titular do alvará de loteamento em apreço, mantendo-se verificadas todas as restantes condições e parâmetros definidos para o mesmo, assim como o cumprimento do tipo e parâmetros de gestão definidos na UOPG (nº 31) em que esta Alvará de Loteamento se insere.

Nesta conformidade o lote nº 2 passará a ter a seguinte descrição:

Lote nº 2

- Área do lote – 210,00 m²
- Finalidade – habitação e estacionamento
- Área de implantação máxima – 160,00 m²
- Área de construção máxima – 940,00 m²
- Nº de pisos acima da cota de soleira – 4
- Nº de pisos abaixo da cota de soleira – 1
- Nº de fogos máximo – 6

Cumpra ainda informar que, o valor das taxas a aplicar à presente alteração é de 14.139,09€, resultante do somatório da taxa correspondente à compensação em numerário (art.º 35 do regulamento de taxas), da TRIU e da taxa prevista nos termos do disposto no nº 2.6.2 do art.º 9 da Tabela de Taxas do Município.

Assim, pelo exposto, propõe-se que nos termos do nº 8 do art.º 27 do DL 555/1999, de 16 de dezembro, com a atual redação, que a Câmara Municipal delibere aprovar a referida alteração ao alvará de loteamento nº 1/19, a qual se consubstancia no seu 1º aditamento e, cuja minuta se anexa.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 230/2021**

17. ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO - QUIOSQUE MUNICIPAL Nº 3 – NA ZONA POLIS-BARREIRO

Por deliberação camarária nº 489, de 18 de novembro de 2020, foi adjudicado definitivamente a concessão dos três quiosques na zona Polis do Barreiro.

Por motivos de atraso no fornecimento e implantação das estruturas, conjugado com condições meteorológicas adversas, só agora se tornou viável concretizar a celebração dos respetivos contratos de concessão, entre o Município e os adjudicatários, referidos no auto de arrematação anexo à deliberação supramencionada.

Porém, o adjudicatário do quiosque nº 3, Sr. Marco Alexandre Matosa Esteves Lopes Pedro, contribuinte 219 390 940, veio comunicar que instruiu um processo de início de atividade do qual resultou a constituição da empresa “UNIVERSO Ó, UNIPessoal LDA” com o NIPC 516 266 136.

Neste sentido, propõe-se que o executivo municipal delibere aprovar a presente proposta no intuito de viabilizar a celebração do respetivo contrato de concessão, em nome da empresa UNIVERSO Ó, UNIPessoal, LDA.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 231/2021**

18. DIREITO DE PREFERÊNCIA NA TRANSMISSÃO A TÍTULO ONEROSO DO IMÓVEL SITO NA RUA CONSELHEIRO JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR, Nº 333, UFBL – PF 2021/8

Face ao exposto na informação interna n.º 12 da DGRRUL, que faz parte integrante desta proposta, informamos que:

- Trata-se de um prédio urbano com 1 edifício de 2 pisos, constituído por rés-do-chão e primeiro andar, implantado num lote com frente para a rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar e travessa do Bocage, com uma área total de 37,20 m², destinado a *habitação*.
- Na deslocação ao local verificou-se pela observação exterior do imóvel, que o mesmo se apresenta, no geral, em estado de conservação médio.
- O valor da transação proposto é de 14.500,00 € (389,78 €/m² de área de construção).
- Segundo diversos estudos e inquéritos realizados ao património arquitetónico e urbanístico, verificou-se que os mesmos não possuem valor arquitetónico intrínseco assinalável nem lhes são prescritos critérios de proteção ou valorização específicos, ou sequer preservação de fachadas.

Pelo exposto, propõe-se que o executivo camarário delibere não exercer o direito de preferência na transmissão a título oneroso sobre o prédio supra identificado.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **MAIORIA** com 4 votos a favor do PS e 5 abstenções do PSD e CDU, que passou a integrar a **Deliberação nº 232/2021**

19. DIREITO DE PREFERÊNCIA NA TRANSMISSÃO A TÍTULO ONEROSO DO IMÓVEL SITO NA RUA CONSELHEIRO JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR, Nº 331 BARREIRO - UFBL – PF 2021/9

Face ao exposto na informação interna n.º 13 da DGRRUL, que faz parte integrante desta proposta, informamos que:

- Trata-se de um prédio urbano com 1 edifício de 2 pisos, constituído por rés-do-chão e primeiro andar, implantado num lote com frente para a rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar e travessa do Bocage, com uma área total de 37,20 m², destinado a *habitação*.

- Na deslocação ao local verificou-se pela observação exterior do imóvel, que o mesmo se apresenta, no geral, em estado de conservação médio.
- O valor da transação proposto é de 14.500,00 € (389,78 €/m² de área de construção).
- Segundo diversos estudos e inquéritos realizados ao património arquitetónico e urbanístico, verificou-se que os mesmos não possuem valor arquitetónico intrínseco assinalável nem lhes são prescritos critérios de proteção ou valorização específicos, ou sequer preservação de fachadas.

Pelo exposto, propõe-se que o executivo camarário delibere não exercer o direito de preferência na transmissão a título oneroso sobre o prédio supra identificado.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **MAIORIA** com 4 votos a favor do PS e 5 abstenções do PSD e CDU, que passou a integrar a **Deliberação nº 233/2021**

20. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ASSOCIAÇÃO 100 DIFERENÇAS

Face ao exposto na informação nº 13754/GEJ, de 08 de junho 2021, em anexo, e que faz parte integrante da presente proposta, proe-se a atribuição de subsídio, no valor de 1.000€ (mil euros) à Associação 100 Diferenças, para apoio à melhoria das condições de vida da população da Cidade Sol.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 234/2021**

21. VOTO DE PESAR MARIA ELISA ESTEVES

Maria Elisa Esteves dedicou a sua vida a ajudar os outros, sendo por todos reconhecidas a sua bondade, generosidade e entrega.

O falecimento de Maria Elisa Esteves traduz-se, por conseguinte, numa perda enorme não apenas para os seus familiares e amigos, mas também para toda a comunidade.

Nascida a 15 de setembro de 1928 em Carregal do Sal, Maria Elisa Esteves veio morar para o concelho do Barreiro com 21 anos de idade, aqui se tendo dedicado a ajudar a tempo inteiro as pessoas mais carenciadas, prestando apoio nas barracas e zonas degradadas da freguesia de Coina e zonas limítrofes, entregando comida e roupas e ajudando nas limpezas.

Foi este espírito de missão e de solidariedade que a levou a promover, a par de outros, a fundação, a 12 de julho de 1984, do CATICA – Centro de Assistência à Terceira Idade de Coina e Arredores.

Desde então, Maria Elisa Esteves manteve-se sempre ligada ao CATICA, tendo sido sua dirigente e inclusivamente presidente.

Ao longo de todos estes anos, foi ainda a principal responsável pela construção do Centro de Dia, Creche e Jardim de Infância, consolidando a obra social do CATICA e reforçando a capacidade de apoio à comunidade.

Recebeu, em 2008, a distinção “Barreiro Reconhecido” na área da Ação Social, Solidariedade e Multiculturalidade.

Maria Elisa Esteves era católica e militante destacada do PSD, tendo também exercido funções de autarca na freguesia de Coina.

Nesta hora de pesar, a Câmara Municipal do Barreiro endereça aos seus familiares e amigos, bem como ao CATICA – Centro de Assistência à Terceira Idade de Coina e Arredores, as mais sentidas condolências.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 235/2021**

22. VOTO DE PESAR ADELINO AUGUSTO GRAÇA BARBOSA BARROS – NENO

PROPOSTA RETIRADA

23. VOTO DE PESAR ALVARO ROSA

Álvaro Rosa é um cidadão do Barreiro. Amava e tinha orgulho na terra que o viu nascer e crescer.

Álvaro Rosa nunca se afastou das suas origens. A empresa Sodisul, constituída em 1978 e da qual foi o fundador, participou e colaborou na construção do Barreiro e sua identidade. Na atividade de comercialização e distribuição de material elétrico para construção civil e indústria, em consequência do crescimento e da ampliação do espaço deslocou-se em 1991 para Alhos Vedros. É uma empresa que está e esteve à altura das inovações e exigências do mercado, que evoluiu, que desenvolveu e promove uma equipa de trabalhadores coesa, na evolução não esquece o lado formativo, a par do sucesso empresarial foi fazendo um caminho humanista e de justiça social. Uma empresa que para além de muitas outras formas de envolvimento na vida do concelho do Barreiro também participou na MEI do Barreiro – Mostra Empresarial e Institucional.

Como cidadão e empresário, nunca se desligou da sua terra do coração, da qual com afeto continuará a fazer parte e a estar ligado à história do Barreiro. Construiu cidadania, não baixou os braços aos desafios. Foi membro fundador do Rotary Club do Barreiro.

Humanista, abraçou a vida com trabalho e entusiasmo, amigo, solidário, acompanhou ao longo dos anos as muitas lutas pela valorização do concelho do Barreiro e das suas gentes.

Um homem disponível, apoiou de forma simples e discreta a cultura, a educação, o desporto, o associativismo e ficava feliz por dar o melhor de si ao Barreiro.

Álvaro Rosa, um amigo do Barreiro, um defensor das causas públicas, sociais e associativas, um excelente trabalhador e empresário.

A Câmara Municipal reunida no dia 16 de Junho de 2021, endereça à família de Álvaro Rosa, à Sodisul e seus trabalhadores as mais sentidas condolências.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 236/2021**

- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO E APROVAÇÃO DA ATA-

Os textos das deliberações (propostas) foram aprovados em minuta, nos termos da deliberação nº 3/2018 tomada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 12/01/2018, tendo para o efeito sido assinadas pelo Sr. Presidente da Câmara e por quem as lavrou.

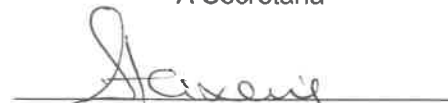
Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a presente reunião, pelas vinte horas e trinta e seis minutos, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada por **UNANIMIDADE** na reunião de 12 de janeiro de 2021, vai por mim ser assinada, Susana Teixeira, Assistente técnica da Divisão Jurídica e de Administração Geral, que a lavrei na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente da Câmara Frederico Rosa.

O Presidente



(Frederico Rosa)

A Secretária



(Susana Teixeira)

